

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 160

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE DEZEMBRO DE 1998

ANO XXIV

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY

Presidente - PFL

LUIZ CARLOS ZUK

1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN

2º Vice-Presidente - PPB

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS

1º Secretário - PFL

NELSON GARCIA

2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI

3º Secretário - PMDB

IRONDI PUGLIESI

4ª Secretária - PPB

ÂNGELO VANHONI

5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Governo Deputado Valdir Rossoni
PFL..... Deputado Plauto Miró
PTB..... Deputado Valdir Rossoni
PMDB..... Deputado Orlando Pessuti
PPB..... Deputado Augustinho Zucchi
PT Deputado Péricles H. de Mello
PDT Deputado Edgar Bueno
PL Deputado Horácio Rodrigues
PSN..... Deputado Emerson Nerone
PSDB.....

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Crisóstomo - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartário - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walmor Trentini; PTB - 11: Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Joel Coimbra - Nelson Justus - Luiz Accorsi - Paulo Gorski - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
13ª LEGISLATURA
ATA DA 103ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE DEZEMBRO DE 1998
(terça-feira)**

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Irondi Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Albanor Gomes, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, Hidekazu Takayama, Horácio Rodrigues, Irineu Colombo, João Techy, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Paulo Gorski, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

PROPOSIÇÃO DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Art. 1º - Acrescenta-se, ao artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, os seguintes parágrafos:

“Art. 180 - ...

Parágrafo Único - ...

§ 2º - É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.

§ 3º - O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica”.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) PÉRICLES MELLO

Apoiamento:

Sérgio Spada, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Cezar Silvestri, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Doutor Rosinha, Caíto Quintana, Edson Silva Lino, José Maria Ferreira, Irondi Pugliesi, Orlando Pessuti, Basílio Zanusso, Joel Coimbra, Ângelo Vanhoni, Paulo Gorski, Nereu Moura, Augustinho Zucchi e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei pretende regulamentar a contratação de professores, técnicos e cientistas estrangeiros a nível estadual, tendo por fundamento que a Constituição Federal, em seu artigo 207, §§ 1º, 2º, e Lei Federal nº 9.515, de 20 de novembro de 1997, regulamentam esta contratação por instituições de ensino superior federais.

Esta regulamentação, a nível estadual, é de fundamental importância para o ensino superior do Estado do Paraná, uma vez que constitui-se em mecanismo para o aperfeiçoamento de nossas instituições de ensino superior com o intercâmbio de conhecimentos.

Com este fundamento, espera-se a aprovação deste projeto de lei.

Ofício:

SEGER/NUFIS-3124/98

Curitiba, em 30.11.98.

Senhor Presidente.

Vimos pela presente, solicitar-lhe nova prorrogação de prazo até 31.12.98, para a entrega dos documentos pertinentes à prestação de contas anual do Banco do Estado do Paraná S/A, BANESTADO S/A - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, BANESTADO Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, BANESTADO S/A - Participações, Administração e Serviços e Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE, relativamente ao exercício financeiro de 1997, tendo em vista que

estamos aguardando a finalização do processo de financiamento entre a União e o Estado do Paraná, visando o saneamento financeiro do BANESTADO.

Contando com a compreensão e anuência dessa Casa de Leis, subscrevemo-nos,

Atenciosamente

(a) MANOEL C. GARCIA CID

Diretor-Presidente do

Banco do Estado do Paraná S/A

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1913

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 052/98 (Promove a reestruturação da COPEL e autoriza alienar, dar em caução ou em garantia de operações de crédito as ações da COPEL de propriedade do Estado).

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1938

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 485/98, proveniente da Mensagem Governamental nº 054/98 (Altera a Lei nº 11.280, de 16.12.95, pertinente ao IPVA, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 1999).

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 1958

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 1966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER,

após ouvido o Plenário, seja retirado de pauta por dez (10) sessões, o Projeto de Lei nº 383/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni.

O pedido se justifica pela necessidade de se discutir melhor a matéria, uma vez que se trata de autorização para construir usina elétrica a gás, cujo impacto ambiental é desconhecido até o momento por não haver qualquer estudo neste sentido.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1970

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 178/98.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 1971

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, REQUEREM a constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar, com base no inciso I, do Art. 107 do Regimento Interno, para o Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem nº 052/98 (Promove a reestruturação da COPEL e autoriza alienar, dar em caução ou em garantia de operações de crédito as ações da COPEL de propriedade do Estado).

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(aa) SÂMIS DA SILVA, SÉRGIO SPADA,
PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, DUÍLIO GENARI,
LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ ACCORSI, DURVAL
AMARAL, BETO RICHIA, EDNO GUIMARÃES,
ALBANOR GOMES, NELSON GARCIA, WALMOR
TRENTINI, RENY BORSATTO, MARQUINHOS
ALVES, CESAR SELEME, JOEL COIMBRA, ÉLIO
RUSCH, RICARDO CHAB, VALDIR ROSSONI, LUIZ
CARLOS ALBORGHETTI, NELSON TURECK,
BASÍLIO ZANUSSO E 02 (DUAS) ILEGÍVEIS

REQUERIMENTO Nº 1957

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao jornalista Luiz Carlos Castilho, do jornal "Diário da Manhã", pela matéria intitulada "Um brinde a München, dos bons tempos", publicada no dia 29.11.98.

A referida matéria estampada no jornal "Diário da Manhã", da Cidade de Ponta Grossa, retrata o passado e o presente da München Fest, mostrando os pontos negativos e positivos, bem como o que melhorou e o que piorou.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao jornalista Luiz Carlos Castilho, sito na Rua Balduino Taques, 890 - em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1959

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Laranjeiras do Sul -PR, alusivos as comemorações do 52º aniversário, no último dia 30 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Lauro Lourenço Ruths, e ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Gilmar Vicente Ruths, através de correspondências a serem encaminhadas a Praça Rui Barbosa, 01 - Centro, CEP 85301-970, Laranjeiras do Sul - PR.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1960

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inserção nos Anais desta Casa, de voto de congratulações à Casa do Estudante Universitário - CELU, pela eleição da sua nova Diretoria e Conselhos, para o biênio 98/99.

Requer ainda que seja encaminhado expediente ao seu Presidente Dener Jorge, cumprimentando através de sua pessoa, os demais membros da Diretoria, almejando o mais absoluto sucesso na gestão que se inicia.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 1962

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Airton e Jacira Ramos, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os

seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1963

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Natal e Ana Mercedes Stival, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união. Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1922

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Conselho de Administração do Banestado, Sr. Giovanni Gionedis, e ao Diretor Presidente do Banestado, Sr. Manoel Garcia Cid, solicitando o envio a esta Casa de cópia do documento do Banco Central exigindo que o Governo do Estado realize a privatização do Banco Del Paraná, como condição para o andamento do processo de saneamento do BANESTADO junto aquela instituição.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido visa trazer a esta Casa de Leis, responsável, entre outras, pela fiscalização dos atos do governo, informações oficiais sobre o andamento do processo de privatização do Banco Del Paraná S.A., bem como, dar conhecimento das exigências que vem sendo feitas pelo Banco Central,

conforme vem sendo noticiado através da imprensa paranaense.

REQUERIMENTO Nº 1923

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Fazenda e Presidente do Conselho de Administração do Banestado, Sr. Giovanni Gionedis, e ao Diretor Presidente do Banestado, Sr. Manoel Garcia Cid, solicitando o envio a esta Casa de documento sobre o processo de privatização do Banco Del Paraná, contendo as seguintes informações:

1. Qual o cronograma previsto para a privatização do Banco Del Paraná;
2. Cópia de "Estudos Técnicos" realizados para apurar o valor mínimo do Banco, a ser estabelecido no Edital de Privatização;
3. Qual a composição acionária do capital social do Banco Del Paraná;
4. Qual a participação do Banestado no Capital Social do Banco Del Paraná;
5. Qual o montante de recursos subscritos e integralizados pelo BANESTADO, junto ao Banco Del Paraná.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

JUSTIFICATIVA:

O referido pedido visa trazer a esta Casa de Leis, responsável, entre outras, pela fiscalização dos atos do governo, informações oficiais sobre o andamento do processo de privatização do Banco Del Paraná S.A., sobre as quais se possa formar um juízo correto, considerando os diversos aspectos que envolvem este, e todo, processo de privatização. Há que considerar também, que o acionista majoritário do Banco Del Paraná, o BANESTADO, encontra-se em processo de saneamento para posterior privatização.

REQUERIMENTO Nº 1929

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, envio de pedido de providência ao Exmo. Sr. Cássio Taniguchi, Prefeito Municipal de Curitiba, solicita providências no sentido de coibir a violência no Parque Barigui e arredores.

Para conhecimento de Vossa Excelência anexamos documentos encaminhados pela comunidade.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1930

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Rubens Abrahão Tanure, Secretário de Segurança Pública, solicitando providências urgente em relação ao dossiê anexo.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO Nº 1954

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja enviado correspondência ao Ministro de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Dr. Gustavo Krause, requisitando cópia integral da auditoria feita pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Ambiente nas administrações dos Parques Nacionais brasileiros.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Brasil, em sua edição de 22 de novembro de 1998, na página 14, trouxe reportagem intitulada "Prejuízo para parques nacionais", onde relata uma auditoria feita na Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério do Meio Ambiente. Da matéria extraímos informações preocupantes sobre os pequenos aluguéis cobrados de concessões, como das trilhas ecológicas e turísticas e do próprio Hotel das Cataratas. Nosso Patrimônio da Humanidade, declarado pela UNESCO, não pode ser desconsiderado pelo órgão que deve ter a responsabilidade em gerenciá-lo e tratá-lo com respeito e competência.

REQUERIMENTO Nº 1955

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja enviado correspondência ao Superintendente do IBAMA no Paraná, Sr. Jonel Iurk, para o fornecimento de cópias autenticadas do processo público de concessão para Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, neste Estado, devendo constar as propostas ofertadas pelo Consórcio SATIS e que estão em fase final de julgamento.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Brasil, em sua edição de 22 de novembro de 1998, na página 14, trouxe reportagem intitulada "Prejuízo para parques nacionais", onde relata uma auditoria feita na Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério do Meio Ambiente e relatos do chefe do Departamento de Unidades de Conservação do IBAMA, Gilberto Sales, dando

conta dos projetos que serão instituídos no Parque Nacional do Iguaçu, pelo único consórcio privado que habilitou-se para os 15 anos de concessão. Além disso, o chefe do departamento afirma, neste jornal, que o transporte dos visitantes será por veículo movido a energia elétrica. Já o empresário Alexander Schorsh, do consórcio Satis, afirma no jornal A Gazeta do Iguaçu, em 17 de novembro de 1998, na página 03, que o projeto vencedor da concorrência optou pelo uso de ônibus da marca Volvo que circulariam entre o Centro de Visitantes e as Cataratas utilizando um combustível ecologicamente melhorado, à base do diesel.

REQUERIMENTO Nº 1956

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja enviado correspondência ao Superintendente do IBAMA no Paraná, Sr. Jonel Iurk, convidando-o para debater com integrantes da Comissão de Turismo desta Casa de Leis e interessados sobre a concessão privada para visitação do Parque Nacional do Iguaçu, intitulada de Revitalização do Parque Nacional do Iguaçu, motivo de concorrência sob responsabilidade desta Superintendência Estadual.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) SÉRGIO SPADA

JUSTIFICATIVA:

O Jornal do Brasil, em sua edição de 22 de novembro de 1998, na página 14, trouxe reportagem intitulada "Prejuízo para parques nacionais", onde relata uma auditoria feita na Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério do Meio Ambiente e relatos do chefe do Departamento de Unidades de Conservação do IBAMA, Gilberto Sales, dando conta dos projetos que serão instituídos no Parque Nacional do Iguaçu, pelo único consórcio privado que habilitou-se para os 15 anos de concessão. Além disso, o chefe do departamento afirma, neste jornal, que o transporte dos visitantes será por veículo movido a energia elétrica. Já o empresário Alexander Schorsh, do consórcio Satis, afirma no jornal A Gazeta do Iguaçu, em 17 de novembro de 1998, na página 03, que o projeto vencedor da concorrência optou pelo uso de ônibus da marca Volvo que circulariam entre o Centro de Visitantes e as Cataratas utilizando um combustível ecologicamente melhorado, à base do diesel.

REQUERIMENTO Nº 1961

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado

expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Pereira, que pede a conclusão de abertura da Rua Ivete Vargas, trecho que ligue o Jardim Josiane e a Vila Ajambi. Será um grande benefício para os proprietários de terrenos que querem construir e não tem acesso ao local. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-1666(recados).

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1964

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Governador Jaime Lerner e aos Secretários de Obras, Augusto Canto Neto; e de Educação, Ramiro Wahrhaftig, solicitando a liberação imediata da verba para recuperação e manutenção do Colégio Regente Feijó, verba esta autorizada pelo Sr. Governador e pelo Secretário de Educação.

O Colégio Regente Feijó é considerado um dos maiores do interior do Estado, apresentando cerca de 3100 alunos; e no momento apresenta vários problemas em sua estrutura, os quais poderiam ser resolvidos através do repasse da verba de 425 mil reais, prometida para a reforma e manutenção do prédio.

O maior problema enfrentado diz respeito ao risco de afundamento das salas de aula que sofreram alagamento no mês de outubro.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência ao Diretor do Colégio Regente Feijó, Claiton Antonio Bentivenha, à Rua do Rosário, 194, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO Nº 1967

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Secretário Chefe da Casa Civil, Sr. Luiz Alberto Martins de Oliveira, e ao Diretor Presidente da COPEL, Sr. Ingo Hubert, convocando-os para comparecer perante esta Casa de Leis, para prestar esclarecimentos sobre o processo de divisão da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, nas áreas de produção transmissão e distribuição de energia e sobre o adiantamento que vem sendo solicitado junto ao Banco Nacional de Desen-

volvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$1,2 bilhões.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1939

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER envio de Pedido de informações, ao Secretário de Estado da Administração, Reinold Stephanes Junior, solicitando a relação de patrimônio do Instituto de Previdência do Paraná (IPE), que será transferido para a Paraná Previdência, assim como a relação de patrimônio do Estado que será transferido para esta instituição a fim de capitalizá-la, conforme especifica.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 497/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, regidos pelas Leis Federais nºs 1.411, de 13 de agosto de 1951; 4.769, de 09 de setembro de 1965; 5.517, de 23 de outubro de 1968 e Decreto de Lei Federal nº 9.295, de 02 de maio de 1946, com as modificações posteriores, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atuais servidores ocupantes dos cargos de nível superior, regidos pela Lei nº 7.424, de 17 de dezembro de 1980, que institui o Plano de Classificação de Cargos do Estado e suas alterações, bem como a Lei nº 11.414, de 07 de maio de 1997, portadores de diplomas de nível superior definidos nas respectivas regulamentações e expedidos até a data de promulgação da presente lei, serão enquadrados no presente Plano de Carreira, em conformidade com o disposto na mesma.

Art. 2º - Ficam criados o número de cargos para as presentes carreiras, equivalentes ao necessário para o enquadramento dos atuais servidores, ocupantes de emprego inicial e a 1ª

classe final, havendo entre estas uma diferença estabelecida por porcentagem fixada em ordem decrescente, conforme estabelecido no anexo único, que passa a fazer parte integrante da presente lei.

Art. 3º - O ingresso nas carreiras de que trata a presente lei dar-se-á obrigatoriamente na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, tendo como membros da banca examinadora, a comissão partidária definida no Art. 14.

§ 1º - O concurso público compreende duas etapas, sendo a primeira constituída de uma prova escrita de caráter objetivo, avaliada em uma escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, envolvendo conteúdo programático fixado na área de formação profissional dos integrantes do plano de carreira, conforme definidos no Art. 1º da presente lei.

§ 2º - A segunda etapa do concurso constituir-se-á na avaliação de títulos e observará a seguinte pontuação.

I - Capacitação profissional: Este grupo terá valor máximo atribuído, de 2,0 (dois) pontos e serão considerados os cursos na área profissional que trata o artigo 1º ministrados por estabelecimentos oficiais, concluídos com aproveitamento e carga horária expressos nos certificados.

a) Doutorado: 2 (dois) pontos

b) Mestrado: 1,8 (um ponto e oito décimos por curso

c) Curso de especialização, com carga horária mínima de 360 horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso

d) Curso de atualização e/ou aperfeiçoamento, com carga horária de 120 a 360 horas: 0,5 (cinco décimos) de ponto por curso.

II - Experiência profissional: este grupo terá valor máximo de 3 (três) pontos, onde será considerado:

a) tempo efetivo de serviço prestado como servidor público do Governo do Estado do Paraná: 0,5 (cinco décimos) de ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto o tempo adicional.

§ 3º - O resultado final será a soma dos pontos obtidos nas duas etapas, sendo considerado aprovado o candidato que obtiver pontuação igual ou superior a 5 (cinco) pontos na prova escrita.

Art. 4º - O prazo de validade do concurso é de 02 (dois) anos, prorrogável por igual período, a partir da homologação, podendo ser nomeados neste período, a critério do Chefe do Poder Executivo, na ordem de classificação, candidatos aprovados em número não superior ao dobro de vagas existentes por carreira, na data de abertura do concurso.

Art. 5º - O Concurso de ingresso nas carreiras será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder 5% (cinco por cento) do quadro respectivo ou facultativamente, sempre que reclamar o interesse público, a juízo do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - O editar conterà no mínimo, as matérias sobre as quais versarão as provas, os respectivos programas, critérios de avaliação dos títulos e número de vagas existentes.

Art. 6º - Os cargos iniciais das carreiras de que trata esta lei serão providos em caráter efetivo, por nomeação, obedecida a ordem de classificação no concurso público.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo procederá ao enquadramento dos atuais servidores que preencham o requisito necessário ao exercício das profissões a que se refere ao Artigo 1º desta lei, em suas respectivas classes, observando o princípio constante do inciso II do Artigo 34, da Constituição Estadual, no prazo de 60 (sessenta) dias contados da publicação da presente lei.

Art. 8º - O enquadramento no plano de carreira dos servidores ocupantes de emprego público, conforme dispõe o Art. 1º da presente lei, far-se-á observando rigorosamente a pontuação obtida pelo servidor conforme os seguintes critérios:

I - Experiência Profissional:

a) Tempo de serviço como profissional de nível superior, conforme definido no Art. 1º desta Lei, na administração pública: 1,0 (um ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

b) Tempo de serviço prestado ao Estado, e outras funções: 0,3 (três décimos de ponto) por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses, exceto tempo adicional.

II - Capacitação profissional:

a) Título de Doutorado na área: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso

b) Título de Mestrado na área: 1,3 (um ponto e três décimos) por curso

c) Curso de Especialização, Curso ou Seminário de Aperfeiçoamento ou atualização profissional, cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 320 (trezentos e vinte) horas: 1,5 (um ponto e cinco décimos) por curso.

d) Curso de especialização, curso ou seminário de aperfeiçoamento ou atualização profissional cuja carga horária resulte em um total igual ou superior a 160 (cento e sessenta) horas: 0,8 (oito décimos) por curso.

e) Livro publicado, individual ou coletivo: 0,5 (cinco décimos) por livro.

f) Trabalho premiado, individual ou coletivo: 0,3 (três décimos) por trabalho.

III - Outros títulos:

a) Exercício de função de Diretor, Superintendente ou Presidente de Órgão da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Governo do Estado do Paraná: 1,0 (um) ponto por ano ou fração de ano superior a 6 (seis) meses.

b) Exercício de funções de chefia, assessoria, gerência, fiscalização ou supervisão no serviço público: 0,5 (cinco décimos) por ano ou fração de ano superior a 06 (seis) meses.

§ 1º - A distribuição dos cargos das carreiras de que trata a presente lei será efetiva de acordo com a classificação obtida no somatório dos pontos aferidos pelos profissionais sujeitos ao enquadramento, obedecidos os percentuais a seguir:

1ª Classe: 10% primeiros colocados

2ª Classe: 15% melhores classificados após os enquadrados na 1ª Classe

3ª Classe: 20% melhores classificados após os enquadrados na 2ª Classe

4ª Classe: 25% melhores classificados após os enquadrados na 3ª Classe

5ª Classe: 30% restantes

§ 2º - Não há limitação para o número máximo de pontos obtidos, nas carreiras de que trata o Art. 1º da presente lei.

§ 3º - Em caso de empate prevalecerá a inscrição mais antiga nos respectivos órgãos de Classe.

§ 4º - Os servidores tratados no Art. 1º, após o enquadramento previsto nesta lei, terão seus cargos e empregos originários automaticamente extintos.

§ 5º - Os servidores sujeitos ao enquadramento que trata este artigo terão prazo de 30 (trinta) dias para apresentar a documentação comprobatória necessária para pontuação junto a Secretaria de Estado da Administração.

Art. 9º - Os integrantes da carreira de que trata esta lei terão a promoção que será efetivada de Classe em Classe pelos critérios da antigüidade e merecimento alternadamente, após a ocorrência de vagas.

§ 1º - A Secretaria de Estado da Administração - SEAD, fará publicar em janeiro e junho de cada ano, no Diário Oficial do Estado, a relação de vagas existentes no Quadro de Carreira e a lista de antigüidade dos servidores da carreira aptos à promoção.

§ 2º - Consideram-se vagas, para efeito deste artigo, também as decorrentes das promoções previstas e abertas sucessivamente nas respectivas classes.

§ 3º - Os integrantes aptos à promoção nas carreiras de que trata o Art. 1º, habilitar-se-ão às mesmas mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicação em Diário Oficial, que trata o § 1º deste artigo.

§ 4º - As promoções serão processadas conforme o art. 21 desta lei, para preenchimento das vagas ocorridas conforme os critérios dispostos no “caput” deste artigo.

Art. 10 - Somente após 2 (dois) anos de efetivo exercício na respectiva classe, poderá o servidor ser promovido por qualquer dos critérios indicados.

§ 1º - Quando não houver candidato que satisfaça o requisito deste artigo, poderá seja por antigüidade ou por merecimento, concorrer à promoção o servidor que contar, pelo menos com tempo superior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de efetivo exercício.

§ 2º - O servidor promovido à classe superior deverá contar novo interstício para efeito de nova promoção.

Art. 11 - A antigüidade será apurada pelo tempo de efetivo serviço na classe, em dias corridos a partir da data da última promoção publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 1º - As reclamações contra a relação de antigüidade deverão ser apresentadas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da respectiva publicação;

§ 2º - O empate na classificação por antigüidade resolver-se-á favoravelmente ao candidato que possuir pela ordem:

- a) maior tempo de serviço como profissional conforme definido no Artigo 1º desta lei, na administração Pública;
- b) maior tempo de serviço público estadual, em outras funções;
- c) maior tempo de serviço em funções de assessoramento superior (DAS)
- d) maior tempo de serviço em funções comissionadas (CC)

Art. 12 - O mérito para efeito de promoção será aferido em consideração à competência profissional, levantada semestralmente pela SEAD, e aprovadas pela comissão conforme definido no Art. 14º, sendo obrigatoriamente considerados pontualidade no cumprimento das obrigações profissionais, aprimoramento técnico e complexidade da função desenvolvida.

§ 1º - A avaliação será publicada de acordo com o § 1º do Art. 9º.

§ 2º - Os pedidos de revisão de avaliação deverão ser apresentados no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva publicação.

Art. 13º - Os períodos de afastamento do servidor da administração pública estadual por licença de qualquer natureza ou por cessão a outros órgãos dos demais poderes, órgãos da administração pública federal ou municipal, não serão considerados para efeito de aplicação no Art. 9º desta lei.

Art. 14º - Fica criada uma Comissão MIsta, de foro consultivo, composta, no mínimo, por três membros indicados pelo Poder Executivo, um membro indicado pelos respectivos órgãos de classe e dois membros indicados, respectivamente, pelos sindicatos das categorias envolvidas, com as atribuições de acompanhamento dos critérios estabelecidos pela presente lei.

Art. 15º - Os vencimentos básicos das carreiras de que trata esta lei serão os constantes da tabela do anexo único, reajustados segundo a legislação salarial em vigor, mantidos os percentuais de diferença entre as classes.

Art. 16º - Os ocupantes das carreiras de que trata esta lei sujeitam-se a jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais ficando assegurada a percepção das vantagens constantes dos Artigos números: 140, 159, 169 e 172 da lei Estadual nº 6174/70 no que couber.

Art. 17º - Aos ocupantes da carreira de que trata esta lei fica assegurada a percepção de verba de representação, no percentual de 170% (cento e setenta por cento), sobre o vencimento básico.

Art. 18º - Fica autorizado o Chefe do poder Executivo a realizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da conclusão do enquadramento que trata o Art. 8º da presente lei, concurso público para preenchimento das vagas remanescentes dos órgãos da administração pública direta, autárquia ou fundacional.

Art. 19º - Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições constantes da Lei estadual nº 6174/70.

Art. 20º - As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária do Poder Executivo.

Art. 21º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará, no que couber, no prazo de 30 dias, as disposições desta lei.

Art. 22º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.98.

(aa) ORLANDO PESSUTI e
PAULO GORSKI

O SR. PRESIDENTE (LUIZ CARLOS ZUK)

Passamos ao Horário do Pequeno Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA

Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Venho a esta tribuna para pronunciar-me sobre a estrutura e o funcionamento do Parque Nacional do Iguaçu, o nosso patrimônio da humanidade da UNESCO, localizado na fronteira do Brasil com a Argentina.

Trata-se de matéria importante para vários municípios do oeste e sudoeste do estado, pois além de ser uma unidade de conservação ambiental administrada pelo IBAMA, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, o Parque Nacional do Iguaçu é a última reserva de floresta sub-tropical intacta em todo o Paraná.

Local de visitação de cerca de 1 milhão e cem mil turistas por ano, o Parque Nacional do Iguaçu, passa por dificuldades gerenciais e financeiras que comprometem o bom funcionamento daquela unidade de conservação.

O Jornal A Gazeta do Iguaçu em matérias especiais trouxe a preocupação da comunidade de Foz do Iguaçu para com o bom funcionamento daquele parque.

Através desta matéria jornalística "Falta de Verba Compromete a Segurança do Parque Nacional" soubemos que a empresa que presta serviços de segurança e controle de entrada do parque não recebia desde maio.

E mais, que as obras de construção de postos de fiscalização e de melhorias no entorno do Parque Nacional sofreram interrupções por absoluta incompetência dos dirigentes do IBAMA, que negam-se a cumprir o que determina a Lei Federal 7875 de 13 de novembro de 1989, assinada pelo ex-Presidente José Sarney e que determinava:

"Art. 1º - O parágrafo único do Artigo 5º da Lei nº 4771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º -...

Parágrafo Único - Ressalvada a cobrança de ingresso a visitantes, cuja receita será destinada em

pelo menos 50% (cinquenta por cento) ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como de obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo".

A lei é clara: 50% dos valores arrecadados como ingresso de visitantes no Parque Nacional do Iguaçu, hoje taxados em 6 reais, devem ficar para administrar aquela unidade.

Mas como o dinheiro arrecadado é remetido a Brasília e utilizado para a administração e custeio do IBAMA, pouca coisa volta ao Parque Nacional do Iguaçu, que sofreu ameaça de ter seus contratos com as empresas de segurança rescindidos por absoluta falta de pagamento.

Um verdadeiro absurdo, que é motivo de ação na 2ª Vara da Justiça Federal de Foz do Iguaçu, proposta pela entidade ambientalista paranaense "Mater Natura Instituto de Estudos Ambientais", exigindo que a lei seja cumprida.

Por incrível que pareça o processo está parado, pois o IBAMA de Brasília alega que enviou uma resposta à carta precatória remetida pelo juízo de Foz e ela simplesmente "extraviou-se".

Senhores Parlamentares: o Parque Nacional do Iguaçu é o que mais recebe visitantes de todos os outros Parques Nacionais, bem a frente do Parque Nacional da Tijuca, onde fica a estátua do Cristo Redentor, na Cidade do Rio de Janeiro.

E, fica sem dinheiro para cumprir com suas obrigações trabalhistas e contratuais, e o que é pior - sem condições de investir em fiscalização e melhorias para o próprio usuário daquela unidade.

A ganância dos burocratas de Brasília é tamanha, que todos os projetos de:

- isenção de taxa aos moradores de Foz do Iguaçu para que possam conhecer aquele patrimônio da humanidade;

- isenção de taxa ou desconto aos moradores dos municípios do entorno do parque, como ocorre também na Argentina, no Parque Nacional Del Iguaçu;

- desconto para os escolares ou isenção para aqueles que integrem um programa de educação ambiental, com o objetivo de conhecer o parque e aprender a respeitá-lo e o defender.

Todos são negados pelos que dizem defender o meio ambiente, porque desejam arrecadar mais e mais, e não permitem que os moradores daquelas cidades e de Foz do Iguaçu, possam conhecer e apreciar as belezas naturais de um parque que merece ser conhecido e respeitado.

Hoje uma família de Foz do Iguaçu ou de Capanema, com dois filhos, pagaria 24 reais de ingresso e somado com algum lanche ou refrigerante que venha a desfrutar no passeio, resultaria em

um total de quase 35 reais de gasto pelo passeio no patrimônio da humanidade.

Mas não é só isso, enquanto tentam arrecadar mais e mais dos visitantes, no ingresso, os mesmos burocratas de Brasília são responsáveis pelos irrisórios aluguéis cobrados de grandes grupos empresariais, que utilizam a estrutura e patrimônio do povo para auferirem grandes lucros.

Concedo o aparte ao Deputado Caíto Quintana, com muito prazer.

O Sr. Caíto Quintana

Deputado Sérgio Spada, confesso que estava envolvido com outro assunto no início de sua colocação, mas Vossa Excelência fala sobre o Parque Nacional do Iguaçu e me parece que, corretamente, demonstrando que até falta de pagamento dos funcionários acaba atrasando por falta de retorno de recursos arrecadados pelo próprio Parque Nacional do Iguaçu.

Pego um gancho, Deputado, e me desculpe se desvirtua alguma coisa do que Vossa Excelência está colocando, mas li nos jornais, tempos atrás, há questão de um mês, algo que me deixa constrangido como representante da região da Fronteira. Uma única empresa venceu uma concorrência para exploração do Parque Nacional de Foz do Iguaçu, uma única empresa. E chamou-me a atenção porque essa empresa venceu para dois serviços: - um, a entrada e o estacionamento da Região do Parque que antecede as Cataratas, a segunda é para construção de lanchonete, restaurante, banheiros, trilhas e tal.

Fico aqui pensando, já uma constatação a existência de um hotel, numa parte do Parque Nacional temos uma polêmica há uma constatação de mais de dez anos sobre a possibilidade legal ou não de passagem de uma estrada no Parque que foi fechada. Toda a ecologia se joga contra, porque prejudica o Parque. Na outra ponta do Parque é tutelado por próprios órgãos ambientalistas, estamos terceirizando um serviço, inclusive, para construção de restaurante e lanchonete.

Acho que estamos tratando desigual o Parque Nacional do Iguaçu. Estamos desrespeitando a natureza e deixando de ter aí, - V. Exa. como representante de Foz do Iguaçu tem plena razão - deixando de ter um retorno fabuloso, em Foz do Iguaçu, nas Cataratas para ser aplicado em melhoria técnica desenvolvimentista de conhecimento de natureza, por causa que o Órgão Federal arrecada a importância e não retorna para o próprio Parque que é o gerador dela.

Por isso, Deputado Spada, aquela idéia inicial, Fundação Parque Nacional do Iguaçu, que ela viesse a explorar e aplicasse diretamente no Parque Nacional para a sua preservação.

Muito obrigado.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado, Deputado Caíto Quintana. Vossa Excelência que conhece tão bem os problemas e as virtudes do Parque Nacional do Iguaçu, já que é também Deputado oriundo da cercanias do Parque Nacional do Iguaçu e do IBAMA, com o qual temos uma contenda que vem de muitos e muitos anos, qual seja da elaboração do Plano de Manejo para contemplar a Estrada do Colono.

Agradeço o aparte e tem todo o nosso apoio. Criação da Fundação Parque Nacional do Iguaçu, com administração descentralizada aqui mesmo no Paraná.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin

Deputado Sérgio Spada, não quero me aprofundar na questão da administração do Parque Nacional do Iguaçu, mas quero dar a minha contribuição, chamando a atenção dos Deputados desta Casa. Aprovamos uma lei, chamada Lei do ICMS Ecológico. O Parque Nacional do Iguaçu é contemplado com mais de 500 mil dólares por mês. A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu recebe mais de cem mil dólares por mês para preservar o Parque. O Município de Céu Azul recebe quase 200 mil dólares por mês. Matelândia recebe também mais de 150 mil dólares, Serranópolis do Iguaçu sobrevive da Lei do ICMS Ecológico para manter e para ajudar a manter o Parque.

Temos que chamar a atenção dos Prefeitos daquela região. Eles têm que prestar conta de onde aplicam os recursos para que possamos saber se estão sendo bem aplicados ou não, porque afinal de contas, quem está pagando a conta são os municípios industrializados. Os municípios que preservam o meio ambiente têm que preservar o meio ambiente e as prefeituras têm que dar a sua contrapartida e temos que acentuar essa cobrança dos municípios que preservam o meio ambiente, porque a lei paga mais de três milhões e meio de reais por mês e quem paga a conta são os municípios industrializados.

Acho que se poderia promover o encontro daqueles municípios para debater a aplicação desses recursos.

Era a contribuição que eu queria dar e cumprimentar V. Exa. pelo tema que levanta aqui, que é de fundamental importância, não só para Foz do Iguaçu para o Paraná e para o Brasil e para a humanidade, visto que o Parque Nacional do Iguaçu é muito visitado e importante para o nosso país.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado Deputado Neivo Beraldin, V. Exa. teve a feliz idéia de apresentar um projeto de lei e hoje é lei modelo. Inclusive já mandei cópia da sua lei para o Estado do Mato Grosso para que faça o mesmo do que está sendo feito aqui no Paraná, um exemplo de lei para a proteção ambiental. Talvez tenha que ser complementada, como V. Exa. mesmo colocou, carimbando-se esse dinheiro para que seja gasto efetivamente na preservação do ambiente. Nem sempre acontece isso.

O Sr. Neivo Beraldin

Se me permite, não podemos legislar sobre a aplicação dos recursos municipais. A Constituição permite autonomia municipal na aplicação dos recursos que eles recebem. Agora, podemos chamar a atenção da população para que esses recursos sejam bem aplicados. Quero lembrar que a lei foi eleita pela ONU entre as trinta melhores leis do mundo na área ambiental. A Assembléia é muitas vezes criticada, mas quando apresenta uma lei dessa, inédita no país e no mundo, a gente não consegue ressaltar a importância que a Assembléia teve nesse momento e mostrar que é uma lei pioneira no Brasil e que é uma lei que vem recebendo elogios em toda a parte e todos os Estados estão tentando copiar essa lei.

O SR. SÉRGIO SPADA

Obrigado Deputado Neivo Beraldin.

Hoje, uma família de Foz, de Capanema, com dois filhos, pagaria cerca de 24 reais de ingresso e, somados com algum lanche ou refrigerante que venham desfrutar no passeio, resultaria num total de 35 a 40 reais de gasto por um passeio no parque. Mas não é só isso, enquanto tentam arrecadar mais e mais dos visitantes, no ingressos, os mesmos burocratas de Brasília são responsáveis pelos irrisórios aluguéis cobrados de grandes grupos empresariais que utilizam a estrutura do patrimônio do povo para auferir grandes lucros.

Refiro-me à reportagem do Jornal do Brasil, de 22 de novembro, intitulada "Prejuízo para Parques Nacionais".

A matéria comprova que no Parque Nacional do Iguaçu há quiosques para venda de material fotográfico alugados a sete centavos por mês.

Isto mesmo, sete centavos mensais, enquanto o turista ou o morador daquela região paga seis reais para entrar no Parque.

O Jornal do Brasil relata que isto está comprovado na auditoria feita pela Secretaria de Controle Interno do Ministério do Meio Ambiente.

A própria auditoria constata que o Hotel das Cataratas, concedido para a empresa Rede Tropical Hotéis, da poderosa Companhia Aérea VARIG

(hoje também uma das maiores devedoras da Previdência Social), paga somente vinte mil reais por mês para ter o luxuoso hotel em suas mãos.

O hotel foi construído pelo Governo Federal e hoje é de responsabilidade do serviço de patrimônio da União (SPU), e está fora do processo de privatização do Parque Nacional do Iguaçu.

Diz o Jornal do Brasil: "Outra surpresa foi o recebimento pelo Parque de apenas vinte mil reais mensais do Hotel das Cataratas. Segundo os técnicos, equivale a soma das diárias de apenas quatro dos mais de cem apartamentos do hotel. Isto desconsideradas as lojas do hotel que são alugadas para terceiros."

"A empresa que explora uma trilha ecológica no Parque, a 'Macuco Safári Ecológico', segundo a auditoria, fatura cerca de um milhão de reais por ano, mas paga três mil reais para o IBAMA pela exploração da trilha" - conclui o Jornal do Brasil.

O absurdo poderá se repetir com a recente decisão do Governo Federal em terceirizar os serviços de visitação e atendimento aos turistas e moradores daquela região, pois somente um consórcio - das vinte e três empresas que compraram o edital de concorrência - ficou habilitado, para os que eles chamam de revitalização.

Este edital foi alvo de denúncia por parte das empresas de turismo do Paraná, pois era tendencioso e feria a legislação. O Ministério Público Federal fez dura recomendação ao IBAMA, exigindo sua revogação e remodelação.

O Sr. Edgar Bueno

Vossa Excelência me concede um aparte?

(Assentimento)

Quero colaborar com este pronunciamento importante com referência ao parque e principalmente dizem que é um patrimônio da humanidade e estou percebendo, aqui, que é um patrimônio de exploração da humanidade. Porque se o parque é da população, é do povo e se estamos preservando ele para beneficiar esta própria população, ela não pode ser explorada da maneira como é explorada para que as pessoas, as famílias possam adentrar naquele mesmo parque.

Outra questão muito parecida com referência ao ICMS ecológico, o ICMS ecológico tem seus bons propósitos, ajudou muito alguns municípios que fazem parte das divisas com esse mesmo parque. Por outro lado não tem critério nenhum para se gastar esse dinheiro, enquanto se prejudica municípios pequenos, municípios falindo hoje com tamanho e galopante desemprego, estamos, aliás, todos os municípios estão pagando para que esses prefeitos construam ginásios de esportes, campos de futebol, prefeituras novas, e não aplicam nenhum real sequer na preservação do parque.

Por isso precisamos pensar, precisamos regulamentar urgente para que essas injustiças não possam continuar a prejudicar a população e principalmente os municípios pequenos que pagam e que veem resultados do fruto desse pagamento.

O SR. SERGIO SPADA

Obrigado, Deputado Edgar Bueno.

(Lê)

“O novo edital comprado por 23 empresas, mas com somente uma proposta restante, a do consórcio S.A.T.I.S. apresentou, segundo o Jornal Gazeta do Paraná, edição de 27 de novembro, um valor de 20 milhões pela concessão por 15 anos daquele patrimônio da humanidade.

Mas as divergências entre o que será efetivamente feito e o que pretendia o IBAMA está confundindo a sociedade paranaense.

De um lado, no Jornal do Brasil, um técnico de Brasília informa que “o consórcio privado deverá oferecer um transporte movido a energia elétrica que levará os visitantes para dentro do Parque.”

Um dos empresários do consórcio disse ao Jornal a Gazeta do Iguazu, em 17 de novembro, que “o projeto vencedor da concorrência optou pelo uso de ônibus da marca Volvo que circulariam entre o centro de visitantes e as Cataratas utilizando um combustível ecologicamente melhorado à base de diesel. “no lado Argentino, se optou pelo uso do gás natural” disse Alexander Schorsch, da Ilha do Sol/Macuco Safári, lembrando que esse combustível não existe no Brasil e que provavelmente seria muito caro para operar”.

Quem vai controlar os interesses dos empresários que vão tentar tirar o investimento dos visitantes e os desejos do IBAMA, que sonham com veículos movidos a energia elétrica?

Aqui está um dos pontos obscuros deste edital de concorrência para revitalização do Parque Nacional do Iguazu?

Quem será o responsável para controlar os concessionários?

O IBAMA que não repassa os valores que a lei determina? ou os próprios empresários que pretendem economizar no produto e não investindo em qualidade para transformar aquele parque nacional?

Esta Casa de Leis, e principalmente os Deputados da região oeste e sudoeste, e a Comissão de Turismo da Assembleia Legislativa, necessitam tomar conhecimento das mudanças que vão ocorrer naquele patrimônio da humanidade.

Nosso povo não poderá continuar visitando o seu patrimônio, sem ter que pagar um alto preço?

Por isto, estou requerendo ao Senhor Ministro do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Gustavo Krause, cópia da auditoria feita pela Secretaria de

Controle Interno do Ministério do Meio Ambiente em todos os parques nacionais, especialmente no Parque Nacional do Iguazu.

E ainda, requerimento ao Superintendente do IBAMA no Paraná, Senhor Jonel Iurk, para que forneça cópia de todo o processo de concorrência da revitalização do Parque Nacional do Iguazu e sugerindo que participe de uma reunião com a Comissão de Turismo desta Casa e demais interessados, como entidades ambientalistas e do setor de turismo.

Não podemos esquecer que os valores arrecadados no Parque Nacional do Iguazu, se aplicados no percentual definido em lei, daria para garantir a manutenção e implantação das demais unidades de conservação federais no Paraná, principalmente o Parque Nacional do Superagui, no litoral norte do Paraná, e o Parque Nacional de Ilha Grande, na região noroeste do Estado, além é claro do Iguazu.

Não podemos permitir que recursos gerados no Paraná sejam remetidos ao poder central em Brasília e de lá não sejam aplicados devidamente para os seus objetivos.

Estaremos sempre atentos para combater estes absurdos, que trazem malefícios ao povo e não contribuem para o nosso desenvolvimento econômico e social.

O Sr. Neivo Beraldin

Se me permite, gostaria de falar mais algumas coisas sobre a lei do ICMS ecológico, meu caro amigo Deputado Sergio Spada, porque o Deputado Edgard Bueno, levantou aqui uma questão de que os municípios não estão aplicando bem esses recursos do ICMS ecológico. Nós temos que transformar o máximo a nossa consciência política, alertar o máximo as fundações ecológicas, as Câmaras de Vereadores, que no seu orçamento municipal, por exemplo, nós, Deputados Estaduais, a Assembleia Legislativa não pode carimbar os recursos do ICMS ecológico para os municípios.

Mas, as Câmaras de Vereadores poderão legislar no seu orçamento, aplicação desses recursos para o ano seguinte.

Então, vamos chamar a atenção dos Vereadores, tanto do Parque Nacional do Iguazu, como por exemplo, Piraquara, que recebe mais de 9 mil reais por dia, quase 300 mil reais por mês. E Prefeito tem autonomia, porque está garantido na constituição a autonomia municipal na aplicação dos recursos que ele recebe. Quando criarmos a lei, pensamos o seguinte: Araucária que é um município industrializado, recebe quase quatro milhões de reais por mês de ICMS, e Piraquara recebia 40 mil reais.

Então, procuramos criar uma compensação financeira para aqueles que preservem o meio ambiente, é uma compensação, mas que pode se transformar num recurso para melhorar a qualidade de

vida da população, para recuperar os nossos rios, para cuidar dos nossos mananciais, para cuidar das nossas florestas. Mas, se a lei não consegue atingir o objetivo e aplicar 100% desses recursos, ela tem um outro lado importante, porque na busca desses recursos já se criaram mais de 300 novas áreas verdes. Quer dizer, todos os municípios do Paraná estão em busca de criar uma área de preservação ambiental para credenciar-se na Lei do ICMS Ecológico. Quer dizer, ela até aqui, ela tem um efeito extremamente positivo, porque ela conseguiu criar mais de 300 novas áreas verdes no Estado do Paraná.

Vamos bater e debater esse assunto para que os Vereadores entendam que: se Piraquara recebe 300 mil reais por mês, eles podem colocar no orçamento 150 mil reais por mês, o ano que vem, para ser aplicado na recuperação dos mananciais na Região Metropolitana, para ser ocupado esses recursos para deslocar famílias que muitas vezes estão morando ao lado dos mananciais, poluindo os nossos mananciais e não garantindo a qualidade da água para a geração do presente e para a geração do futuro.

Cabe aos Vereadores disciplinar essa matéria e cabe a nós, Deputados Estaduais, acordarmos esses Vereadores e a sociedade como um todo, para que esses recursos sejam bem aplicados para o bem-estar e para maior qualidade de vida da nossa população.

O SR. SÉRGIO SPADA

Muito obrigado, Deputado Neivo Beraldin, mas o Deputado Edgar tem razão.

Na verdade, na minha área, é uma área muito contemplada, muito beneficiada pela Lei do ICMS Ecológico, e não vejo trabalho nenhum, de município nenhum, naquela região fazendo um trabalho de recuperação, preservação, enfim, gastando os recursos que para lá vão, destinados a esse fim, na preservação do meio ambiente.

Mas, vale a sugestão de se fazer aqui um grande debate, aliás, tem que ser um debate permanente, todo o Estado do Paraná, já que meio ambiente é um responsabilidade de todos nós.

Muito obrigado, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Com a palavra o ilustre Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Caro Presidente da Assembléia Legislativa, em exercício, Luiz Carlos Zuk, Senhores Deputados.

Deputado Sérgio Spada, em que pese toda a sua fala, na tarde de hoje, ser da mais relevante importância para a questão ambiental e para a

região de Foz do Iguaçu, porque trata-se de uma questão de fundamental importância. Hoje, acho que o assunto que deve canalizar as atenções dos Senhores Deputados num problema de emergência em função de um pedido do Governo do Estado do Paraná, do Regime de Urgência a respeito do processo de privatização da Empresa de Energia Elétrica do nosso Estado. Nós, a imprensa tem acompanhado de que até agora a Assembléia Legislativa não votou ainda a perspectiva do Regime de Urgência pelo Plenário desta Casa, deverá submetê-lo a apreciação hoje.

Quero alertar os Senhores Deputados de que, se o Regime de Urgência for aprovado como deseja o Governo do Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa num prazo máximo de 48 horas, estará determinando por completo o fim da existência da maior empresa de energia elétrica do Sul do Brasil. Uma das empresas que tem fundamentalmente contribuído ao longo de sua existência para o desenvolvimento do nosso estado. O monopólio da transmissão, da geração de energia elétrica nas mãos do estado brasileiro, é, talvez, uma das grandes conquistas do desenvolvimento da nossa Nação.

Hoje, sob a égide do discurso da competitividade, ouvi até o próprio Presidente da empresa, o Sr. Ingo, dizendo que por razões de competitividade com a iniciativa privada, o Estado tem que abrir mão do controle acionário da COPEL. O Presidente da COPEL quer enganar a quem com um discurso deste? Competitividade no Setor Elétrico, no Setor de Geração, no Setor de Transmissão e de Distribuição de Energia Elétrica é evidente que não vai haver um território brasileiro. Os oligopólios estão se constituindo para ter a posse completa do monopólio da geração de energia, da transmissão e da venda da energia elétrica em território brasileiro.

No caso do Paraná é gravíssimo porque o Estado do Paraná, talvez em relação a todos os Estados brasileiros, foi abençoado pela natureza, foi abençoado por Deus, quando um único rio é capaz de gerar praticamente cinco grandes hidrelétricas que fornecem energia não só para o território paranaense, mas para o Sul do nosso País.

Está em fase de acabamento a construção da Usina de Salto Caxias que teve, em função do trabalho que foi constituído no leito do Rio Iguaçu, a sua capacidade de geração de energia e o seu investimento para alta capacidade de geração de energia ao custo de construção de uma barragem de usina hidrelétrica no nosso País.

O Governo do Estado não diz porque, no projeto, que pretende num Regime de Urgência aprovar, sem a discussão com a sociedade e sem a discussão com a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a privatização desta empresa.

Vejamos algumas das peculiaridades que aconteceram com a privatização do Setor de Energia Elétrica em território brasileiro.

Em documento distribuído aos Senhores Deputados, que foi elaborado pelo Sindicato dos Engenheiros, técnicos capacitados tanto da ELETROSUL como da COPEL, temos aqui algumas das razões elencadas pelo corpo técnico desta que demonstram a fragilidade do processo de privatização do setor elétrico e alertam para os riscos que isso pode trazer para o Estado do Paraná.

Uma das questões que se coloca sobre a questão da privatização desde que aconteceu o início do Governo do Fernando Henrique, de quatro anos para cá, vamos perceber que, só no setor elétrico que empregava perto de 230 mil trabalhadores, já perderam os empregos perto de 50 mil eletricitários até agora. Somente a LIGHT do Rio de Janeiro demitiu seis mil e setecentos funcionários dos onze mil empregados após a entrega para a iniciativa privada. A EXCELSA, do Espírito Santo demitiu 25% após a privatização. A ELETRO-PAULO acaba de demitir mais de mil trabalhadores.

Além disso é preciso dizer que, tanto a LIGHT, que passou de 19 horas/ano de energia que não era fornecida aos consumidores em 93, quando empresa pública, para 24, 32 horas/ano em 96. A mesma proporção alcançou a CERJ do Rio de Janeiro, alcançou a LIGHT, a EXCELSA e a CPFL de São Paulo. Além disso todas as tarifas de consumo na ponta e da geração foram aumentadas o que o lucro da transferência para a iniciativa privada em somas exorbitantes.

O que me traz à tribuna, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que o processo que está sendo discutido hoje em regime que pode ser de urgência, e, o apelo que fazemos é para que não seja votado o Regime de Urgência antes da presença do Presidente da COPEL, Senhor Ingo Hubert, aqui na Assembléia legislativa para explicar algumas questões que o povo do Paraná e os Senhores Deputados desejam saber. Quais sejam: 1) Como se compõe hoje o controle acionário da empresa?

(Utiliza o Horário do PT)

2) Quanto de ações ordinárias da COPEL foram vendidas até a data de hoje e quem foram os compradores? Sabemos que quase a totalidade das ações preferenciais tipo A e tipo B já foram colocadas à venda. Queremos saber qual o resultado financeiro desta venda, quem foi o detentor dessas ações e qual é hoje o perfil acionário desta empresa?

Além disso, nos parece uma irresponsabilidade por parte do Poder Legislativo autorizar o Governo do Estado a proceder a privatização sem a exigência por parte do Governo do Estado de qual é

a auditoria patrimonial a respeito da COPEL; porque temos algumas notícias da imprensa. Vamos lembrar o que aconteceu com o sistema TELEBRÁS, o Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, falava pela imprensa de que o valor auferido pelo processo de privatização da TELEBRÁS seria na ordem de 40 bilhões de reais. Aí o Ministro teve a infelicidade de acabar falecendo, e no lugar do Ministro o Luís Carlos Mendonça de Barros acabou privatizando a empresa, a TELEBRÁS e todas as TELES do Território brasileiro pela soma de perto de 20 bilhões de reais. Quer dizer, a metade daquilo que há quatro meses antes o Ministro Sérgio Motta afirmava pela imprensa.

O Secretário das Finanças, o próprio Presidente da COPEL e algumas reportagens veiculadas em alguns jornais do Paraná têm dito que vão arrecadar perto de 4 bilhões de reais na venda das ações da COPEL. Ora, a Assembléia Legislativa e o povo do Paraná, por extensão que os Deputados representam, desejam no mínimo saber se o Governo do Estado tem um estudo técnico, já tem auditoria, já contratou através de licitação uma empresa para fazer a avaliação patrimonial do que significa o preço dessa empresa tão importante de energia elétrica para o Estado do Paraná. Parece-me que esse estudo não foi feito. E acho que a Assembléia Legislativa, para resguardar o interesse público dos contribuintes do Estado do Paraná que alocaram recursos através do Tesouro do Estado, através do Estado, na construção dessa grande companhia, me parece, espero que a Assembléia Legislativa não aprove o Regime de Urgência antes que o Presidente dessa companhia venha detalhar para a Assembléia Legislativa, e por extensão ao povo do Paraná, de como que está a avaliação patrimonial desta empresa, porque me parece que se a Assembléia, e não sou tão entendido nas negociações, porque não sou tão entendido nas negociações, porque elas não são muito claras e transparentes, me parece que se a Assembléia autorizar o projeto tal qual está hoje apostado na Assembléia Legislativa estaremos na realidade já vendendo a COPEL para o BNDES, a COPEL não terá mais dono, o Governo do Estado do Paraná apenas vai gerenciar o processo de transferência do controle acionário da empresa, que será no fundo gerido pelo BNDES. Porque vejam só: o Secretário das Finanças, Giovanni Gionedis, ouvi hoje pelo rádio lá de Brasília dizendo que espera que a Assembléia aprove o mais rápido possível porque o Governo do Estado do Paraná precisa obter um empréstimo do BNDES. Pelas nossas contas e pelo que está no patrimônio líquido da COPEL, pelo último balancete fornecido de 97, este 1 bilhão e 200 em caução que o governo do Estado do Paraná vai obter do BNDES ao deixar as ações em contrapartida para bancar esse empréstimo, na

realidade transfere para o BNDES, pelo que nos consta, transfere para o BNDES todo o controle dessa empresa. Então, hoje, amanhã, ou depois de amanhã, praticamente não haverá mais discussão com a sociedade paranaense, e nem os Deputados que aprovarem essa lei, os Deputados que dão sustentação ao Governo, saberão dizer aos contribuintes, aos eleitores do Paraná, dizer o seguinte: por quanto que a COPEL foi vendida, para quem a COPEL foi vendida, qual foi a operação de empréstimo vinculado ao BNDES, o quanto isso significou de juros, qual é a taxa que está sendo cobrada desse empréstimo, que tipo de operação financeira está sendo feito com o BNDES? Porque pode ser feito vários tipos de operação financeira a respeito da COPEL. Mais ainda, quero alertar para esses problemas no que diz respeito a transparência do processo que está em discussão, do processo de transferência do controle acionário da COPEL, precisamos alertar que a Lei 11.253, votada pela Assembléia Legislativa e até hoje não revogada, ela prevê que todas as ações, o controle acionário e a venda da participação em caução, ou empréstimo por parte de ativos da COPEL deveriam ser acompanhadas pela Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Está protocolado, documentado em cópias taquigráficas com requerimento feito por mim e pelo Deputado Caíto Quintana, pedido de informações ao Sr. Ingo Hubert, ao Chefe da Casa Civil e também tramitou no Plenário do Poder Legislativo.

No Poder Legislativo o processo foi negado de pedido de informações a respeito de todo o processo de compra e venda de ações da empresa nesses dois últimos dois anos.

Quero alertar aos Senhores Deputados que não restará outra alternativa à Bancada do PT e à Bancada de Oposição a interpelar à Justiça Federal e à Justiça do Estado do Paraná, para que suspendam o processo de alienação das ações da COPEL, conforme projeto aprovado, porque fere os dispositivos já aprovados da Assembléia Legislativa, da Lei nº 11.253.

O processo da Justiça Federal no que diz respeito a lei de concessão e de alienação do processo de privatização, também estaremos entrando junto ao Ministério Público Federal para que possa proceder as ações cabíveis no sentido de obstar o processo de alienação das ações da Empresa de Energia Elétrica da COPEL, como deseja o governo do Estado do Paraná.

Não sabemos quais foram as prerrogativas e exigências que a Bancada da situação pleiteou junto ao Governo para não votar o Regime de Urgência até a data de hoje. Achemos que tem ainda vários questionamentos que deveriam ser preenchidos por parte do governo, como a presença do Presidente da COPEL para tecer algumas explicações, como a pos-

sibilidade de que antes do processo de privatização seja acompanhado e uma auditoria do valor patrimonial desta empresa.

Nesse sentido, fazemos um apelo à Bancada do Governo que não cometa essa irresponsabilidade de aprovar hoje o Regime de Urgência, que tramita nesta Casa em relação ao processo de privatização da COPEL.

Quero alertar também aos Senhores Deputados de que neste momento, lá no Senado Federal, está sendo votado mais um dos atos vergonhosos praticados pelo governo do Estado do Paraná. O Governo do Estado, ao longo desses quatro anos, principalmente depois de 96, quando saiu o Sr. Luiz Antônio Fayet da Presidência do Banco, cometeu duas operações na gestão do Banco do Estado do Paraná: a primeira na BANESTADO Leasing, arrombando o Banco do Estado, através desta, em mais de 400 milhões de reais, trazendo um furo ao Banco do Estado de um valor do patrimônio líquido desta empresa - isso a partir de janeiro de 96. Quando terminou julho de 98, a venda e compra de títulos precatórios por parte da Corretora BANESTADO de Títulos e Valores do Banco do Estado deu mais um furo na ordem de 370 milhões de reais. O furo do Banco do Estado, que teve de captar diariamente recursos a juros altos da Caixa Econômica, levando o Banco a um estado de insolvência, foi na ordem de 800 milhões de reais em duas operações que foram proferidas e gestionadas pela atual gestão do Sr. Jaime Lerner.

Neste momento está sendo votado um empréstimo, que pelos valores é um empréstimo fraudulento. Na realidade é um pedido de empréstimo maquiado feito pelo Governo do Estado do Paraná, que está com todas as suas finanças completamente comprometidas, haja visto o desequilíbrio entre a receita e a despesa, que foi levado a termo pelo governo do Estado do Paraná, que desde janeiro não paga os empreiteiros. E corre o risco de se não tiver o empréstimo votado pelo BNDES, da COPEL e, agora, do Banco do Estado de não pagar os salários dos funcionários públicos no mês de dezembro e nem o 13º, haja o tamanho do rombo das finanças do Governo do Estado do Paraná. Agora, neste momento, está sendo votado na CAE pedido de empréstimo para saneamento do Banco do Estado do Paraná.

Voltamos a reafirmar, o Banco do Governo do Estado do Paraná vai cometer um dos principais erros e equívocos com esse processo de privatização, tanto da COPEL quanto do Banco do Estado.

Ontem, o Conselho de Administração do Banco já começou o processo de demissão dentro do Banco do Estado, anunciando o fechamento da agência da Cidade de Santa Galo e da Cidade de Mandirituba, duas cidades importantes do Estado

do Paraná, que estão com as suas agências a partir de ontem fechadas, dando início ao processo de demissão dos funcionários do Banco.

Espero que o Senador Roberto Requião e outros Senadores, como o Senador Osmar Dias, não aceitem os pedidos de empréstimos que hoje tramitam no Senado Federal e gestionem, junto aos Senadores que fazem parte da Comissão de Assuntos Econômicos, para que impeçam a aceitação deste empréstimo. Na realidade não é este o valor que o Banco do Estado precisa para ter as suas finanças saneadas, o valor concreto do Banco do Estado para ter as suas dívidas saneadas não é 3 bilhões e 750 milhões, mas sim o valor de 2 bilhões 320 milhões de reais, como o estudo técnico que foi mandado para o Senado salienta.

Espero que os Senadores da República estejam, de acordo com os seus princípios, com a sua consciência ética, que não votem favorável a este saneamento que o Governo do Estado do Paraná, de uma forma irresponsável está solicitando junto ao Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk)

Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputado.

Pretendendo não ser muito enfadonho, por tomar-lhes alguns minutos, farei apenas a leitura de alguns artigos, algumas matérias que constam de dois jornais de grande circulação no Paraná. É um assunto conhecido de todos nós, mas me permitam, entendendo ser oportuno deixar o registro, nesta Casa, de acontecimentos que vêm inquietando a sociedade paranaense. Lamentavelmente nenhuma providência efetiva está se assistindo. Refiro-me a este movimento de invasões nas terras e que já às margens do Rio Paranapanema, perto da Cidade de Paranapoema, como na região de Querência do Norte, são milhares de famílias que lá estão. E a coisa se agrava a cada dia e no Jornal "A Folha do Paraná" do dia 30 próximo passado, a matéria diz o seguinte: "Sem-Terra exige punição de pistoleiro", e é do Jornalista Marcos Zanatta.

"Norte sejam punidos exemplarmente
Marcos Zanatta

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Querência do Norte (113 quilômetros de Paranaíba), pretende cobrar da Justiça e da polícia punição "exemplar" aos responsáveis pela morte do sem-terra Sétimo Garibaldi, 52 anos. O anúncio foi feito anteontem durante o

velório de Garibaldi por um dos líderes do MST na região, Celso Agnthoni. Ele responsabilizou também o governo do Estado e o INCRA pela situação de confronto criada na região. A justiça, a polícia e o governo não fizeram absolutamente nada até agora para punir os responsáveis pela morte de outro companheiro nosso, o Sebastião, em Marilena". O sem-terra Sebastião Camargo Filho foi morto por pistoleiros no dia 7 de fevereiro passado, em um acampamento da fazenda Boa Sorte.

Agnthoni revelou ainda que na sexta-feira passada, depois que soube da morte de Garibaldi, o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, ligou para ele em Querência do Norte. "Ele nos garantiu que vai agilizar a desapropriação da fazenda São Francisco". A propriedade onde Garibaldi morreu tem 851 hectares e está ocupada por 56 famílias desde o dia 6 de setembro passado. O dono da fazenda, Morival Favoreto, tem a reintegração de posse. O MST alega que a área pertence ao irmão de Morival Maurílio, que está preso por tráfico de drogas.

O INCRA considerou a São Francisco de média produtividade, imprópria para desapropriação. "Nós queremos a área baseados na Constituição, que garante a desapropriação de terras de traficantes de drogas para fins de reforma agrária" anuncia Agnthoni. Ele disse que na escritura e na placa que existia na entrada da fazenda, o dono indicado é Maurílio. "O próprio ministro Jungmann prometeu que vem para cá assim que puder", revelou Agnthoni. Segundo o MST em Querência do Norte existem 800 famílias de sem terras à espera de uma área. Na região Noroeste são mais de 1.500 famílias. Cada família precisa de 25 hectares.

Os líderes do MST garantem ainda que as áreas que deveriam, ser desocupadas conforme acordo com o INCRA e o Governo do Estado, já foram liberadas. Agnthoni diz que apenas a fazenda Florão está com as famílias porque existe lavoura na área. "Ou espera a gente colher ou indeniza", resume. Ele critica ainda a omissão da polícia em não prevenir o ataque dos pistoleiros contratados pelos donos das fazendas. "Esse pessoal fica avisando até através da imprensa e ameaçando os sem-terras, e a polícia não toma nenhuma providência", reclama. O capitão Gilberto Cândido dos Santos, comandante da PM de Loanda e que chefiou o grupo de policiais que fez a segurança durante o enterro sábado, disse que a polícia não tinha nenhuma informação sobre a ação dos fazendeiros ou grupos responsáveis pela tentativa de desocupação.

A Polícia Militar enviou 32 homens para acompanhar o velório e o enterro de Garibaldi anteontem em Querência do Norte. O corpo do sem-terra foi velado durante toda a noite no sítio de um irmão, próximo ao acampamento da fazenda

São Francisco. No final da manhã o velório foi na cooperativa do MST na cidade, de onde o caixão saiu até a Igreja. Cerca de 300 sem-terra de acampamentos da região acompanharam o enterro em silêncio. "Foi uma forma de protestar contra a omissão das autoridades", disse Agnthoni.

No cemitério amigos de Garibaldi e coordenadores do MST discursaram defendendo a reforma agrária e em seguida foram até a praça central da cidade onde plantaram uma árvore. Depois da cerimônia Agnthoni pediu para cada sem-terra chegar no acampamento de origem e plantar uma árvore. Um cunhado de Garibaldi, Délio Valdemar Cioata, que mora em Caxias do Sul (RS), disse que a família está inconformada com o crime. "Ele nasceu e sempre trabalhou na roça e era uma pessoa de bem, não merecia isso", lamentou. Garibaldi era casado e tinha seis filhos, dois menores de idade. Ontem seguindo a polícia, o clima era tranquilo na cidade e nos acampamentos da região.

Laranjal. Os sem-terra assentados na parte desapropriada da fazenda Pedra Branca, em Laranjal (140 quilômetros de Guarapuava), conseguiram retirar ontem a última família que ainda permanecia na área em litígio. Na última sexta-feira o sem-terra José Rodrigues, 25 anos e o pistoleiro Nelson Pinto Guimarães, 22 anos morreram durante confronto na propriedade. Ontem o clima era tenso no local. Segundo moradores das proximidades os sem-terras estavam armados e percorriam toda a propriedade para impedir a aproximação de estranhos. A polícia está na região, mas apenas acompanha a movimentação para evitar novos conflitos.

A fazenda Pedra Branca tem 688 alqueires e foi invadida por 120 famílias em julho de 1994. Mesmo com o INCRA desapropriando a fazenda o arrendatário de 120 alqueires, Antonio Martins, se recusou a deixar a área. Segundo denuncia dos sem-terra ele mantinha jagunços no local para intimidar as famílias assentadas. Os sem-terra de outros acampamentos da região decidiram então retirar o arrendatário e as famílias na área em litígio, deixando os dois mortos e dois jagunços feridos. O enterro de Rodrigues no sábado de tarde, foi acompanhado por centenas de sem-terra, que pediram punição aos responsáveis. Guimarães também foi enterrado sábado de tarde, em Palmital, mas não houve nenhum incidente.

Depois o mesmo jornal traz, na segunda-feira, portanto, uma matéria escrita pelo Procurador e Escritor do Estado do Paraná, Senhor Joel Samways Neto, depois de fazer algumas comparações com o período revolucionário e pós 64, da falta de liberdade, agressões ao direito - ele faz aqui ao final de um artigo da sua matéria que ele escreveu - "Democracia, invasões & jejuns", faz aqui referências a um movimento mais recente de alguns funci-

onários e professores, funcionários que representam a classe.

Mas o que chamou a atenção é que ao final, depois de algumas considerações, e estou pedindo a transcrição nos Anais da Casa, deste artigo. Ao final aqui diz o seguinte: "O modo desses radicais é tão autoritário quanto o dos ditadores que deles criticavam. Obviamente há crises muito piores do que essa, mas isso não a torna menos reprovável. Invasões ilegais, pressões ilegais são fenômenos que só crescem quando os governos são frouxos, quando titubeiam em salvaguardar a democracia e defender as Leis. Esse medo injustificável que alguns Governantes têm, de cumprir e fazer cumprir as Leis, esse medo um dia ainda vai custar a nossa liberdade de novo".

Não fica só nisso. Depois o jornal aqui de Curitiba, um jornal do Estado, também faz referências. E, aqui vale a pena deixar um registro, Senhor Presidente, porque são tantos os fatos que sucedem e nenhuma providência séria se toma.

Não apenas a nós os Deputados, conseqüentemente de maior responsabilidade com esses fatos, mas assusta a toda sociedade.

No Jornal do Estado de hoje, diz o seguinte: (Lê):

MENOR DEIXA FAZENDA E ACUSA O MST

O menor J.J.M., de 14 anos que trabalhava nas terras reivindicadas pelo ex-arrendatário de 5.^a parte da Fazenda Pedra Branca, em Laranjal, no centro do Paraná, Antonio Martins, disse ontem ter sido impedido pelos sem-terra de deixar a fazenda mesmo tendo recebido um tiro na perna durante o confronto de sexta-feira, entre sem-terra e pistoleiros.

Ele prestou depoimento ao Delegado de Palmital, Marcos Antonio dos Santos.

No confronto, morreram o sem-terra José Rodrigues e o pistoleiro Nelson Pinto Guimarães.

Os sem-terra não deixavam ninguém sair de lá, disse o delegado. O menino e seus pais conseguiram sair no domingo embarcando em um ônibus.

Ele foi atendido por um médico de Palmital e recebeu anti-inflamatórios e injeção antitetânica.

Na tarde de ontem, o delegado iria encaminhá-lo para o Instituto Médico Legal de Guarapuava onde faria o exame de lesões corporais para ser incorporado ao inquérito. Ainda de acordo com o delegado, a casa dos pais do menino teria sido queimada pelos sem-terra.

MST - A liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Palmital disse que ninguém foi impedido de sair da fazenda "Pelo

contrário, nós não queremos ninguém estranho ao movimento lá dentro”, afirmou um dos líderes.

Segundo eles os seguranças, comandados pelo ex-arrendatário, continuam na divisa da Pedra Branca. “Estão nos ameaçando”, disse. Ele afirmou que os pistoleiros têm revistado os carros que passam pela região.

Estão à procura dos sem-terra para sequestrar”.

A Fazenda Pedra Branca, com 1.680 hectares foi invadida em julho de 1994.

Mesmo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) desapropriando a área e definindo 60 famílias para o assentamento, o ex-arrendatário recusou-se a sair, alegando ter direito a um pedaço de terra.

O INCRA não aceitou a reinvidicação e conseguiu na Justiça ordem para retirá-lo do local, mas a ordem não foi cumprida.

Senhor Presidente, houve também na semana passada um fato no município vizinho, lá nas margens do Rio Paranapanema. No Município de Taguaé estavam lá assentadas, não posso precisar o número de famílias, e um movimento localizado ou municipalizado para explorarem aquelas terras, uma fazenda de 400 hectares, e aquelas famílias foram expulsas pelos sem-terra que vieram lá das margens do Rio Paranapanema, do lado do Estado de São Paulo. São fatos que estão tomando páginas nos jornais todos os dias. A coisa se agrava com o confronto que se avizinha, pondo em risco vidas de proprietários que têm a legítima posse e a propriedade por aquisição legítima e aqueles que procuram obter o seu pedaço de terra. A situação é delicada, muito difícil, mas é preciso que haja uma definição, que haja um projeto. Que o Governo do Estado se vincule ao INCRA, talvez não, mas ao Governo Federal e se coloque um paradeiro a isso. É uma reação contra ação. Vai ser impossível evitar um confronto armado de maiores conseqüências pondo fim a vida de muitos paranaenses e muitos brasileiros. O problema não está localizado no Paraná, mas sim no Brasil todo. Não há um projeto do Governo Federal. É uma mentira. Pequenos proprietários rurais estão com muitas dificuldades de se manterem em seus imóveis, nas suas áreas adquiridas ao longo dos anos, e não é agora jogando 200, 300 famílias num pedaço de terra improdutiva, quase sempre, é que vai se dar solução a esse programa mentiroso do Governo Federal. Nesse programa estão também governadores que intimidados pelo posicionamento federal do Governo Federal, eles também, os governadores dos estados não autorizam as solicitações de Justiça quando as reintegrações de posse são necessárias e decididas pela Justiça.

Portanto, Senhores Deputados, evidente que sei que é um assunto que vai muito longe, de difícil solução, mas é preciso que nos preocupemos todos com esse fato, que amanhã poderá o Paraná e o Brasil pagarem muito caro.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Questão de Ordem, concedo a palavra ao ilustre Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Questão de Ordem**)

Senhor Presidente, apenas para registrar a alegria contagiante de alguns Deputados hoje, aqui. Não sei a que é que se deve, mas a alegria do Durval Amaral, Plauto Miró, Ricardo Chab contagia a todos nós. Hoje é uma sessão diferente, uma sessão para cima, alegre. Então, queria cumprimentar todos os Deputados, inclusive eu, que vivo esse momento de alegria junto com todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Luiz Carlos Zuk**)

Perfeitamente registrado a manifestação de Vossa Excelência.

Passamos ao Horário das Lideranças:

Concedo a palavra, Pela Ordem. ao ilustre Líder do Governo o posicionamento do Deputado Neivo Beraldin, a maneira como ele colocou a sua questão quanto a alguns Parlamentares.

Sempre tenho dito nos meus posicionamentos aqui que têm pessoas que julgam os outros pelas suas atitudes. Quero dizer aos Deputados que foram mencionados pelo ilustre Parlamentar Neivo Beraldin, infelizmente temos que conviver com esse tipo de atitude, de pessoas que não medem as suas atitudes e não respeitam os seus colegas Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Com a palavra o Deputado Caíto Quintana, no Horário das Lideranças.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, espero fazer um pronunciamento mais prolongado a respeito da questão das empresas públicas do Estado do Paraná, no instante que estivermos votando especificamente a matéria.

Mas gostaria de chamar a atenção no dia de hoje, para a incrível evolução nos fatos em que diminuimos a capacidade do nosso Estado.

Vivemos hoje, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, um momento de privatização de empresas e de responsabilidades públicas, algumas defensáveis, porque o Estado gigante, pesado é o Estado que precisamos de alterar, transformar o

Estado -falo aqui, Estado como Poder Público - em algo possível de ser administrado buscando o bem comum e a responsabilidade pública na geração do desenvolvimento.

Agora, a inversão no processo da privatização de empresas públicas é que me preocupa. Porque, Senhor Presidente e Senhores Deputados, vejo algumas comparações pela imprensa, por alguns Parlamentares de que outros Estados já venderam, já privatizaram a sua empresa de geração de energia. Mas, quando falamos nisso, a verdade da privatização da Geração de Energia num estado não significa a verdade com relação ao Estado do Paraná.

O Estado do Paraná tem a mais redonda, a mais capacitada, a melhor estrutura de geração e distribuição de energia elétrica através da COPEL. Por quê? Porque nós conseguimos aquilo que poucos Estados brasileiros têm, que é a geração, a transmissão e a distribuição de energia elétrica. A COPEL é vendedora. Ela não compra. Já disse num pronunciamento anterior, alguns Estados, como o próprio Rio Grande do Sul não tem a capacidade de geração suficiente que a COPEL tem. O Estado do Mato Grosso tem problemas na sua empresa de energia elétrica porque não gera, mas o Paraná gera e estamos vendendo aquilo que é um instrumento do desenvolvimento futuro, não está sendo a cada instante, colocado por aí que temos deficiência de energia. Não está sendo colocado por aí que o avanço industrial exige preparação dos governos para novos investimentos em energia porque esse é o grande combustível do desenvolvimento futuro no nosso Estado. Temos hidrelétricas. Não podemos admitir a ausência desse processo no nosso estado, na privatização. Estamos vendendo pelo melhor e vendendo como e para quê? Disse que fomos evoluindo o processo porque lá atrás, antigamente, houve um projeto do governo passado ainda, de venda de parte de ações da COPEL. Para quê? carimbado no projeto: "Para investimentos em geração de energia". Na época, imaginava-se vender ações do Estado da COPEL, colocar na Bolsa, e do resultado desse dinheiro, construir a Usina de Segredo. Ora, seria uma medida defensável. Você vende parte de participação, mas aumenta a geração, portanto, aumenta o patrimônio da empresa e logo lá na frente, até de uma forma inteligente por parte do Estado, o Estado retomaria essas ações dentro da sua própria empresa de geração.

Bom, andou uns passos a mais. Agora, recentemente no governo atual, votamos uma lei aqui na Assembléia, autorizando venda de ações da COPEL, mais mantendo o controle da Companhia, da empresa pública nas mãos do estado e dizendo também que o que nós arrecadásemos com a venda das ações da COPEL seria aplicado em geração de emprego, em geração de desenvolvimento. Bastante

abrangente, mas limitava numa coisa essencialmente. Não permitia pagamento de pessoal, porque pagar pessoal com patrimônio público é admitir falência. Toda forma que tiver que ficar vendendo capital para pagar empregado, está falindo e nós estamos vendendo patrimônio. Qual patrimônio? O patrimônio estratégico do Estado do Paraná. Admito que talvez daqui a dez anos, vinte anos o Paraná venda a sua empresa de energia elétrica. Talvez tivéssemos feito, através do poder público, tudo aquilo que deveria fazer, mas me pergunto se há dez anos atrás a COPEL tivesse sido privatizada, será que teríamos tido o clik rural e o clik urbano? Será que lá no sudoeste do Paraná, nas propriedades de dois, três alqueires de terras situadas nas margens dos rios teria energia elétrica? Será que a iniciativa privada estaria colocando dez postes para poder levar energia para uma única casa de um agricultor? Será que ainda não continua sendo missão do poder público manter uma companhia estatal de energia, para poder continuar levando esse desenvolvimento ao nosso Estado que traz retorno de forma indireta no apoio à industrialização, na venda, no comércio e complementa o círculo de desenvolvimento do nosso Estado? Será que uma empresa privada daria dois pontos de luz em troca de milho? Será? Será que na SANEPAR estaríamos levando água para os distritos do interior do Paraná se ela for privatizada?

Então acho que essas empresas públicas são, ainda, uma necessidade no Estado do Paraná e por isso que chamamos a atenção e já disse em outro pronunciamento, não como Oposição ou como Situação. Necessitamos de uma saída para o momento que atravessamos no Estado, vamos buscá-la! Mas sem o sacrifício indiscriminado num projeto de lei que não determina nem sequer onde aplica! Num projeto de lei que poderá, indiscutivelmente, transformar aquilo que é orgulho dos paranaense, uma empresa que presta assessoria na América do Sul, que possui técnicos capacitados muito mais do que a própria ELETROSUL. Empréstimo tecnologia para empresas de âmbito nacional e daqui a pouco, numa pincelada, numa tarde nos reunimos e apenas pela visão presente, comprometemos o futuro.

Quero deixar essa participação como um pedido de avaliação aos nossos companheiros. Não nos negamos como Oposição de sentarmos para encontrar o limite da necessidade atual. Mas também achamos que para solucionar o problema atual, momentâneo, não precisamos sacrificar aquilo que é o patrimônio e orgulho de todos nós paranaenses.

Voltaremos sobre o assunto. No dia de hoje estaremos debatendo o pedido de urgência. Seguramente e temos plena consciência que somos minoria para tentar impedir, mas na votação do projeto con-

tinuaremos a discutir isso para mostrar o grande risco que lá na frente vamos ter de ficar sem as empresas públicas e altamente comprometido com a Folha de Pessoal no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

O Senhor 1º Secretário procederá à leitura de um Ofício do BANESTADO, solicitando mais prazo para prestação de contas.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Sobre a mesa, Ofício nº SEGER/NUFIS-3124/98, constante do expediente, subscrito pelo Senhor Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, solicitando prorrogação de prazo para a entrega dos documentos pertinentes à prestação de contas anual do Conglomerado BANESTADO, relativo ao exercício financeiro de 1997. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Proposta de emenda à Constituição, do Deputado Péricles, será lida pelo Senhor 1º Secretário.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Pela Ordem**)

O Ofício que foi lido, consulto a Mesa: é um comunicado ou depende de liberação desta Casa de Leis?

Porque, pela Constituição, pelas nossas leis, já deveria estar presente. Ao fazer um simples comunicado, não está cumprindo a lei.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Está solicitando mais prazo e a Mesa não vê inconveniente nenhum nesta solicitação.

Mas, se Vossa Excelência quiser, vamos submeter à votação.

Senhores Deputados que aprovam o adiamento da votação, conservem-se como estão.

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (**Para Encaminhar**)

Voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente anotado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, peço que registre também o voto contrário da Bancada do PMDB.

O SR. EDGAR BUENO

Também registrando o voto contrário da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

O Senhor 1º Secretário fará a leitura da Emenda Constitucional.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Projeto de Emenda Constitucional, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, com apoio dos Senhores Deputados Sérgio Spada, Duílio Genari, Luiz Claudio Romanelli, Cezar Silvestri, Edgar Bueno e demais Senhores Deputados, constante do expediente, devidamente apoiada. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembléia e em avulso, para conhecimento dos Senhores Deputados.**

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Emenda recebida.

Projeto de lei de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Paulo Gorski, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

ITEM 01

Redação Final do Projeto de Lei nº 296/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro na Cidade de Pinhalão. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 105, de 04.08.98).**

ITEM 02

Redação Final do Projeto de Lei nº 300/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro no Bairro do Capão da Imbuia, Cidade de Curitiba. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 300/98

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SACI - Sociedade de Amigos do Capão da Imbuia, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

ALBANOR GOMES - Relator

ITEM 03

Redação Final do Projeto de Lei nº 307/98, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Tamboara. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 108, de 10.08.98).**

ITEM 04

Redação Final do Projeto de Lei nº 319/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Douradina. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 109, de 11.08.98).**

ITEM 05

Redação Final do Projeto de Lei nº 432/98, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a Associação "Círculo Trentino de Curitiba". **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 28.10.98).**

ITEM 06

Redação Final do Projeto de Lei nº 433/98, de autoria dos Deputados Albanor Gomes e outros, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Contenda, com sede no Município de Contenda e foro no Município da Lapa. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 138, de 28.10.98).**

ITEM 07

Redação Final do Projeto de Lei nº 435/98, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Sulina. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 435/98

REDAÇÃO FINAL

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Sulina e foro no Município de Chopinzinho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.11.98.

(aa) CESAR SELEME - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 448/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres das Escolas Formação e Kambalhota, com sede e foro nesta capital. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145, de 11.11.98)**

ITEM 09

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/98, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Plano de Carreira dos Servidores Públicos Civis, regidos pela Lei Federal nº 5.194/66. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1970 de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a retirada de votação do Projeto de Lei nº 173/98 por 1 (uma) sessão. **Aprovado.**

Fica portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 173/98 por uma (1) sessão.

ITEM 10

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 321/98, de autoria do Deputado Plauto Guimarães, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância Dª Pureza Ribas. Com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/98, de autoria do Deputado Irineu Colombo, que declara de Utilidade Pública o Instituto Popular de Assistência Social (IPAS) de Curitiba. Com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA

APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 439/97, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ribeirão do Pinhal, uma área de terra medindo 65.840m², pertencente a SUREHMA, localizada as margens do Rio Laranjinha naquele município. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/98, de autoria do Deputado Reny Borsatto, que denomina Rodovia Prefeito José Alves Pereira, o trecho da Rodovia PR 151, que liga o município de Ribeirão Claro e Santana do Itararé. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que aprova a construção da Usina Elétrica a Gás de Araucária, nos termos que especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em regime de urgência.**

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1966 de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada de pauta por 10 (dez) sessões o Projeto de Lei nº 383/98 constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária. Não recebido pela Mesa.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o Projeto é de minha autoria, é o 383/98, e recorro ao Regimento Interno, ao Artigo 159, parágrafo 1º - "Ao Projeto em Regime de Urgência não será admitido conceder adiamento".

Esse projeto tem um requerimento meu, pedindo o Regime de Urgência.

Quanto a justificativa do requerimento do ilustre Deputado que quer o adiamento da votação, na sua justificativa ele diz que não tem o condicionamento da discussão do relatório do impacto ambiental.

Queremos colocar, aqui, a esta Casa e pedirmos a Bancada que votemos pela aprovação desse projeto, porque o Projeto está condicionado o seu artigo 2º. O artigo 2º diz o seguinte: "Construção da Usina Elétrica de Gás de Araucária, está condicionada a discussão do relatório de impacto ambiental, em audiência públicas com a participação da população atingida pelo empreendimento". Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, o item 14, Projeto de Lei nº 383/98, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, aprova a construção de Usina Elétrica a Gás, de Araucária. Por mais que o artigo 2º estabeleça a necessidade de fazer o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental, o RIMA, ele é inconstitucional. Porque a nossa Constituição fixa a necessidade primeiro desses estudos, para depois se construir a Usina Elétrica. Portanto, está se invertendo o que se coloca, hoje, na Constituição.

O nosso requerimento visa a retirada por 10 dias, até para que o Governo se manifeste a respeito disso, aliás, o futuro dono da COPEL se manifeste, se ele tem o interesse, porque o rumo que está tomando não será a COPEL a construtora. E estamos autorizando que seja construído, provavelmente, por uma empresa privada que é muito mais complicado ainda do que quando é uma estatal. Por isso, que é importante a retirada do Projeto, para que possa se discutir melhor. Nós vamos constituir, sem nenhum estudo de impacto ambiental e sem nenhum estudo de mérito, quanto a viabilidade de uma empresa desse porte e quanto a necessidade de uma empresa desse porte. Ambas as questões não foram analisadas, nem a constitucionalidade, que está sendo desrespeitada, nem o mérito da empresa. Foi essa a razão do nosso Requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Parágrafo 1º do Artigo 159: "Requerimento não recebido por se tratar de Projeto de Regime de Urgência."

Segue-se a sessão.

Projeto em votação.

Srs. Deputados que aprovam, conservem-se como estão. **Aprovado. O Projeto, artigo por artigo.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, peço para registrar o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Devidamente registrado.

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/98, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 048/98, que autoriza o Poder Executivo a anuir na doação de imóvel que a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio Libanesas do Paraná pretende fazer ao Município de Campo Largo. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.^a**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 07/98, que autoriza a Comissão Executiva fixa a Remuneração do Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.E..

Há Emendas no Projeto de Resolução, retorna à Comissão Executiva para apreciação das Emendas.

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 08/98, de autoria da Comissão Executiva fixa para a Legislatura a iniciar-se em 01 de fevereiro de 1.999, o valor da remuneração dos Deputados Estaduais. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.^a**

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 301/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini, que declara de Utilidade Pública o Paranavaí Atlético Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105, de 04.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 301/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Walmor Trentini, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Paranavaí Atlético Clube, com sede e foro no Município de Paranavaí, no Estado Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

PAULO GORSKI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Reserva. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 111, de 17.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 326/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no Município de Reserva.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

Cesar Seleme - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/98, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos (ADEFICA) de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Com EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116, de 25.08.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 346/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Irineu Mário Colombo, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos (ADEFIC) de Céu Azul, com sede e foro no Município de Céu Azul.

Chamada esta Comissão a se manifestar, vez que foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de parecer favorável na forma de emenda substitutiva geral.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 346/98

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Céu Azul - ADEFICA, com sede e foro no Município de Céu Azul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20.10.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 373/98, de autoria do Deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Com EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123, de 14.09.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Durval Amaral, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã-PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma de emenda supressiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

EMENDA SUPRESSIVA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 373/98

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 373/98, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Lar - Sociedade Assistencial Ebenézer, com sede e foro no Município de Jaguapitã.”

Sala das Comissões, em 24.11.98.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/98, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação Cristã, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 129, de 13.10.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 403/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, tem por objetivo declarar

de utilidade pública a Associação Comunidade Cristã, com sede e foro na Cidade de Pato Branco.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 27.10.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
CESAR SELEME - Relator

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/98, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim, com sede e foro no Município de Palmeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 148, de 17.11.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 456/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Funcionários das Empresas Cherobim, com sede e foro no Município de Palmeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.11.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 466/98, de autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública o Paraná Vôlei Club, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 149, de 18.11.98).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 466/98

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo declarar de

utilidade pública o Paraná Vôlei Club, com sede e foro nesta Capital.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.11.98.

(a) JOEL COIMBRA - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O DR. ROSINHA (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Hoje estamos votando a constitucionalidade e fui analisar na pasta do referido Projeto e a Lei que estabelece a Declaração de Utilidade Pública fixa como existência da entidade há pelo menos um ano. Não existe nenhum documento comprobatório que o Paraná Vôlei Clube existe há um ano legalmente registrado. Portanto, não tendo este documento votaremos contrário a esta declaração de utilidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Em votação. **Aprovado com voto contrário do PT.**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1971, de autoria dos Senhores Deputados Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari e demais Senhores Deputados constantes do expediente, requer a Constituição da Assembléia em Comissão Geral, para apreciar, com base no inciso I, do Art. 107 do Regimento Interno, para o Projeto de Lei nº 471/98, proveniente da Mensagem 052/98 (Promove a reestruturação da COPEL) e autoriza alienar, dar em caução ou em garantia de operações de crédito as ações da COPEL de propriedade do Estado. **Recebido, com base no § 2º do Regimento Interno.**

Requerimentos nºs 1939 e 1959, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1960, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1957 e 1964, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1958, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1961 1962 e 1963, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1913 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Na semana passada, no dia de ontem e também no dia de hoje, não só nós, mas diversos outros Parlamentares já ocuparam a tribuna da Assembléia Legislativa para manifestar a nossa preocupação e a preocupação destes companheiros todos com referência a Mensagem enviada pelo Palácio Iguaçu, se transformou no Projeto de lei nº 471, que visa no seu artigo 1º buscar dessa Assembléia autorização para que se processe a reestruturação da Companhia de Energia, COPEL.

A nossa preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados começa com esse artigo 1º, porque ao solicitar essa autorização da Assembléia Legislativa busca o Governo do Estado obter da Assembléia Legislativa uma autorização geral e irrestrita, para que ele, através de algumas pessoas da própria COPEL, quem sabe, do próprio governo, quem sabe, ou de alguma consultoria contratada como também está prevista nesta Mensagem, possa formular, a reestruturação societária da companhia de energia, sem que nós nesse momento saibamos qual será essa reestruturação. Fala-se na criação da COPEL geração, da COPEL transmissão, da COPEL distribuição, outros falam na COPEL gás, na COPEL informática, na COPEL telefonia; e pelas informações e pelos comentários que temos obtido em conversações com algumas pessoas poderemos ter resultado dessa reestruturação da COPEL o surgimento nove, dez, onze, quem sabe até doze novas empresas no Estado do Paraná.

Por essa razão é que somos contrários a aprovação dessa proposta encaminhada pelo governo e somos contrários a esse Regime de Urgência que está sendo proposto porque não é dado a nós, Deputados Estaduais, não é dado as nós, Poder Legislativo, o direito de saber como é que se processará essa reestruturação societária. Não sabemos se o maior volume do patrimônio de hoje pertencente à COPEL será destinado à COPEL informática, será destinado à COPEL distribuição. Não sabemos como será feita essa reestruturação. Não sabemos como serão escritos os estatutos já que eles não serão previamente submetidos à Assembléia Legislativa do Paraná, e talvez, quem sabe, possamos tomar conhecimento deles através de uma publicação dos jornais do nosso Estado, já que num dos artigos diz que será dada ampla divulgação daquilo que se fizer.

Mas isso não é a prática do governo em relação, por exemplo, a venda das ações da COPEL concretizada até o presente momento, onde sequer

os cinco Parlamentares indicados por esta Casa, em cima de um dispositivo legal, sequer esses Deputados puderam acompanhar a venda das ações da COPEL, e muito menos nós e o povo do Paraná sabe até hoje quantas ações foram vendidas, quantos reais se apurou com a venda dessas ações e o que foi feito com o dinheiro arrecadado com a venda dessas ações.

Num outro artigo, pede lá o governo autorização para contrair empréstimo até o montante de dois bilhões de reais, não são dois mil reais, não são duzentos mil reais, não são dois milhões de reais, são dois bilhões de reais, sem dizer à Assembléia, sem dizer a nós onde vai buscar esse empréstimo.

Pelas notícias de jornal se comenta que será no BNDS, mas não diz a que taxa será contratado esse empréstimo, não diz o prazo pelo qual será contratado esse empréstimo e o prazo que terá o governo para saldar, qual é o cronograma financeiro que será feito para pagar esse empréstimo, quais são os juros, qual é a atualização monetária que terá esse empréstimo. E pior do que isso ainda, não diz o que será feito com dois bilhões de reais.

Por essa razão, e por tantas outras já arroladas dessa tribuna por nós e por outros Parlamentares, é que não podemos aceitar a aprovação desse projeto e muito menos a aprovação desse Regime de Urgência, que visa, sem sombra de dúvida, atropelar toda essa discussão em cima de um assunto que é da maior importância, porque afinal de contas, não estamos tratando de qualquer uma das pequenas ou simples empresas do Estado do Paraná, estamos tratando da maior empresa desse Estado, uma empresa, que além do seu valor patrimonial tem um valor muito mais, que é o da segurança de todos nós paranaenses. Precisamos ter no que diz respeito ao fornecimento de energia, quando for ela consumida por nós ou por qualquer empresário desse Estado.

O valor da COPEL não pode ser dimensionado apenas pelo valor patrimonial das suas ações, mas pelo valor que ela representa. O peso que ela estabelece ao Estado do Paraná nas suas negociações, no seu enfrentamento com outros estados, como permitia a nós também a Companhia Vale do Rio Doce, a maior empresa de mineração desse país e uma das maiores do mundo, que colocava o Brasil em escala de grandeza perante a mesa de negociação com outros países. E foi a Vale do Rio Doce privatizada e com o dinheiro ali arrecadado, de nada serviu para mudar a performance econômica, financeira, política social desse país. Certamente com a COPEL será a mesma coisa. Acabaremos, não, porque desse processo não iremos participar. Mas o Governo acabará com a COPEL, enquanto empresa pública e não veremos nada de novo acon-

tecer nesse Estado em termos de transformação, porque pelos números que já temos, quase que a metade do patrimônio dessa empresa já foi alienado com venda de ações ou caução dessas ações em empréstimos. E o que estamos vendo, aí, hoje, é um Estado quebrado, que atingiu um nível de endividamento terrível, em mais de dez vezes praticamente àquilo que o Paraná quando o PMDB, há quatro anos atrás, entregou esse governo, fruto do resultado de uma eleição.

Por essa razão, Srs. Deputados, o bom senso e o respeito com as coisas e a história do nosso Estado, nos recomenda que votemos contrário a esse projeto e, que nesse momento, votemos contrário ao Regime de Urgência para que possamos ter tempo, condições, informações e detalhamentos necessários para apreciar no futuro, quem sabe, a votação desse assunto aqui na Casa.

(Aplausos na galeria)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Votação ao requerimento.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, conservem-se como estão. **Aprovado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Requeiro Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)

Vai se proceder a Verificação de Votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento, queiram levantar-se.

(Tumulto nas galerias)

Determino ao Serviço de Segurança que evacuem as galerias. Não estamos numa estrebaria.

Ainda há Requerimento solicitando Comissão Geral, que transforme a Assembléia em Comissão Geral. Não vou submetê-lo a voto na Sessão de hoje. Será apreciado na Sessão de amanhã.

O SR. DR. ROSINHA

Senhor Presidente, Pela Ordem?

(Assentimento)

Quero registrar o voto contrário da Bancada do PT à tramitação em Regime de Urgência do processo de venda da COPEL.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Peço que registre a votação contrária ao Regime de Urgência também de parte da Bancada do PMDB, Senhor Presidente.

O SR. NEREU MOURA

Da mesma forma, Senhor Presidente, da Bancada do PDT.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor Presidente, solicito que registre voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Todos devidamente registrados.

Requerimento nº 1922, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, quero fazer um apelo à V. Exa. que conceda aos visitantes, são engenheiros, na sua indignação pelo processo da sua empresa não quiseram ofender nenhum Deputado da Assembléia, mas manifestaram a sua opinião de indignação a uma tese que é da empresa permanecer. É o instrumento que, neste momento, a galeria tem. Gostaria que V. Exa. dissesse aos seguranças que relaxassem o processo de evacuação das galerias.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Atendido o requerimento do Deputado Vanhoni. Mas nada justifica que engenheiros, com curso acadêmico, procedam como moleques nesta Casa.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, Verificação de Votação do requerimento do Deputado Vanhoni, lido pelo 1º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação. Requerimento **Rejeitado.**

O SR. DR. ROSINHA

O requerimento já estava aprovado, já tinha sido votado, o leite já estava derramado, agora não tem mais como recolher, Senhor Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Verificação é procedente, é que no interregno da Votação o Deputado Vanhoni falou em caráter pessoal, uma explicação pessoal. O requerimento está **Rejeitado.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Pela Ordem**)

É que na nossa galeria está o Deputado Edson do PSDB, Deputado eleito e a segurança está querendo retirá-lo. Pedimos que ele permanecesse, ele e seu assessor.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Respeite-se o Deputado eleito.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Lê requerimento do Deputado Vanhoni sobre o processo de privatização do Banco Del Paraná.

Requerimento nº 1923, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai-se proceder à verificação. **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Atendendo à solicitação dos Deputados que integram a Bancada do PMDB, faço questão de registrar aqueles que votaram contrário ao Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 471, Mensagem 52, Deputado Orlando Pessuti, Deputado Nereu Moura, Deputado Caíto Quintana, Deputado Annibelli, Deputado Paulo Gorski, Deputado Romanelli, para que não surja nenhuma dúvida de interpretação gramatical da nossa pronúncia no momento da justificação do voto. Com referência ao requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 471, Mensagem nº 52.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Devidamente registrado.

Requerimento nºs 1929, 1930, de autoria do Sr. Deputado Dr. Rosinha, constantes do expediente. **Aprovados.**

Requerimento do Deputado Dr. Rosinha:

Envio de providências ao Senhor Cássio Taniguchi, Prefeito Municipal de Curitiba, em relação a coibir a violência no Parque Barigui e arredores. E também ao Secretário Rubens Abrão Tanuri, sobre o mesmo assunto.

Requerimento em votação com relação ao Secretário de Segurança e sugestão ao Prefeito de Curitiba. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento conservem-se como estão. **Aprovados.**

Requerimento nº 1938, de autoria do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1955, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

O Requerimento será encaminhado à autoridade solicitada, sem que se vote pela Assembléia, porque não temos competência para solicitar informações de órgãos federais.

Requerimento nº 1954, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

O mesmo caminho do requerimento anterior. Será encaminhado à autoridade competente.

Requerimento nº 1956, de autoria do Sr. Deputado Sérgio Spada, constante do expediente. Encaminhe-se na forma do requerido.

O requerimento será encaminhado ao Superintendente.

Requerimento nº 1967, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requer convocação do Chefe Civil e do Diretor Presidente da COPEL, para prestar esclarecimentos a esta Casa.

Requerimento válido somente para o Superintendente da COPEL, porque não há Chefe da Casa Civil, por enquanto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Líder do Governo, Deputado Valdir Rossoni.

Esse requerimento solicitando a presença do Presidente da COPEL e ao Secretário da Casa Civil, no qual a empresa da Energia Elétrica está vinculada, do ponto de vista da Constituição do Estado do Paraná, vem no sentido de dirimir todas as dúvidas que temos a respeito do processo de privatização que passa nossa empresa a COPEL.

Então, nesse sentido, é importante que o Presidente da COPEL compareça a Assembléia Legislativa, para trazer os esclarecimentos necessários, para que possamos discutir o processo de desmembramento desta empresa, e possa ter uma visão mais clara do que o Governo pretende com o processo de privatização.

Há uma série de dúvidas, uma falta de esclarecimento completo, por parte do Governo do Estado, com relação a privatização da COPEL. E achamos muito importante que o Presidente da Companhia compareça a Assembléia Legislativa, para trazer essas informações.

Fazemos um apelo ao Deputado Líder do Governo, que aprove o requerimento, no sentido de valorizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e sobretudo, Senhor Presidente, que esse processo seja per-meado pela transparência na questão dos negócios públicos no Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Aprovam o requerimento 12 Senhores Deputados.

Rejeitam o requerimento 36 Senhores Deputados.

Requerimento Rejeitado.

Requerimentos nºs 1899 a 1905, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitados.**

Requer ao Chefe da Casa Civil, informações sobre o processo de ações da COPEL.

Em votação o requerimento. Os Senhores Deputados que aprovam o Requerimento com relação ao Presidente da COPEL, conservem-se como estão.

Requerimento **Rejeitado.**

O SR. ORLANDO PESSUTI

Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Vai se proceder a Verificação de Votação. Senhores Deputados que aprovam o requerimento. 12 Aprovam. 36 Rejeitam. **Rejeitado.**

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Procede a leitura dos requerimentos do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Gostaria de antecipadamente, colocar ao Deputado Valdir Rossoni, Líder do Governo e a própria Mesa, que há questão de uns vinte dias atrás, apresentei um requerimento junto com o Deputado Vanhoni, pedindo informações sobre a venda das ações da COPEL e foi aprovado esse requerimento aqui no Plenário da Assembléia. Está praticamente se esgotando o prazo Constitucional que tem para essa resposta, e gostaríamos que fosse agilizado, porque esse requerimento está aprovado, e o tempo constitucional está correndo. E estamos aguardando a resposta do requerimento que passa a ser requerimento da Assembléia Legislativa. Gostaria que o Presidente da COPEL, num ofício encaminhado ao Governo do Estado, a quem a COPEL está subordinada, foi aprovado nesta Casa e estamos aguardando o prazo.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

A Mesa vai diligenciar no sentido de que, no prazo legal, a COPEL responda o Pedido de Informações. Esgotado o prazo legal, faremos com que a Assembléia aja de acordo com a Constituição, isto é,

promovendo a responsabilidade criminal do falto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Luiz Carlos Martins**)

Procede a leitura dos requerimentos do Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (**Anibal Khury**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 662/97 e 392/98

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 301, 326, 346, 373, 391, 403, 456 e 466/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 275, 333, 411, 417, 420, 421, 426, 453, 463, 471 e 475/98.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
20ª ATA ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Florisvaldo Fier, Eduardo Trevisan, Basílio Zanusso, Cesar Seleme, Walmor Trentini, Paulo Gorski e mais os Deputados Orlando Pessuti e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 456/98, de autoria do Deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 411/98 de autoria do Deputado Plauto Miró. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 463/98, de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Walmor Trentini, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Pro-

jeto de lei nº 301/98, de autoria do Deputado Walmor Trentini. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Gorski - APROVADO; 05) Projeto de lei nº 288/96, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Florisvaldo Fier e Basílio Zanusso. O Senhor presidente determina a entrega de cópia da matéria aos Deputados desta Comissão de Constituição e Justiça; 06) Projeto de Lei nº 181/98, de autoria do deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 470/98, de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 467/98, de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 471/98, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente determina a retirada de pauta do projeto, bem como o envio de cópias do mesmo aos Deputados desta Comissão de Constituição e Justiça. convoca outra reunião para hoje às 16:00 horas. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Carlos Simões, Paulo Gorski, Caíto Quintana, Orlando Pessuti, Walmor Trentini, José Maria Ferreira e Florisvaldo Fier. Não havendo número legal, o Senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada e Secretária de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DA CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 13ª LEGISLATURA
21ª ATA ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de dezembro de um mil novecentos e noventa e oito, reuniu-se na Sala de Reu-niões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Joel Coimbra e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Geraldo Cartário, José Maria Ferreira, Florisvaldo Fier, Basílio Zanusso, Paulo, Carlos Simões, Walmor Trentini, Edgar Bueno, Eduardo Trevisan, Caíto Quintana e mais os Deputados Orlando Pessuti, Luiz Claudio Romanelli e a Deputada Irondi Pugliesi. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, aprovando a ata da reunião anterior após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 459/98 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra, APROVADO, com voto contrário do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 489/98 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Joel Coimbra - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 465/98 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 464/98 de autoria do Deputado Cesar Seleme. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 424/98 de autoria do Deputado Caíto Quintana. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Carlos Simões - APROVADO; 06) Projeto de

Lei nº 475/98 de autoria do Deputado Joel Coimbra. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Eduardo Trevisan - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 571/97 de autoria do Deputado Toti Colaço. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Caíto Quintana - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 288/96 de autoria do Tribunal de Justiça. Parecer FAVORÁVEL, na forma do Substitutivo Geral anexo. O Deputado Eduardo Trevisan apresenta emenda e o Deputado Caíto Quintana, Relator da matéria, acolhe-a. O Deputado Florisvaldo Fier apresenta voto em separado e sugere a retirada de pauta da matéria. O Deputado Caíto Quintana diz que aceita retirar a matéria de pauta para melhor análise. O Senhor Presidente determina, então, a retirada de pauta do Projeto de Lei; 09) Projeto de Lei nº 474/98, de autoria do Deputado Anibal Khury. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Florisvaldo Fier e Duílio Genari. O Senhor Presidente determina a entrega de cópia a todos os Deputados desta Comissão de Constituição de Constituição e Justiça; 10) Projeto de Lei nº 473/98 de autoria do Deputado Anibal Khury. CONCEDIDO VISTAS aos Deputados Carlos Simões e José Maria Ferreira; 11) Projeto de Lei nº 058/98, de autoria do Poder Executivo. O Senhor Presidente determina a retirada de pauta da matéria até a reunião de amanhã, dia 02 de dezembro. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Advogada de Comissão.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária